



Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino à Distância - SEAD

Projeto Pedagógico de Curso
Letras - Italiano - (SEAD)

Ano Versão: 2017

Situação: Corrente



SUMÁRIO

Identificação do Curso	3
Histórico	4
Concepção do Curso	7
Contextualização do Curso	7
Objetivos Gerais do Curso	9
Objetivos Específicos	9
Metodologia	9
Perfil do Egresso	13
Organização Curricular	15
Concepção da Organização Curricular	15
Estrutura do Currículo	20
Quadro Resumo da Organização Curricular	20
Atividades Complementares	24
Equivalências	25
Currículo do Curso	25
Pesquisa e extensão no curso	49
Auto Avaliação do Curso	51
Acompanhamento e Apoio ao Estudante	53
Acompanhamento do Egresso	55
Normas para estágio obrigatório e não obrigatório	56
Normas para atividades complementares	60
Normas para laboratórios de formação geral e específica	63
Normas para trabalho de conclusão de curso	64
Administração Acadêmica	66
Coordenação do Curso	66
Colegiado do Curso	66
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	67
Corpo docente	68
Perfil Docente	68
Formação Continuada dos Docentes	68
Infraestrutura	71
Instalações Gerais do Campus	71
Instalações Gerais do Centro	72
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	73
Instalações Requeridas para o Curso	74
Biblioteca e Acervo Geral e Específico	75
Laboratórios de Formação Geral	76
Laboratórios de Formação Específica	76
Observações	77
Referências	78



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso

Letras - Italiano - (SEAD)

Código do Curso

750

Modalidade

Licenciatura

Grau do Curso

Licenciatura em Letras Italiano

Nome do Diploma**Turno**

Diurno

Duração Mínima do Curso

8

Duração Máxima do Curso

10

Área de Conhecimento**Regime Acadêmico**

Não seriado

Processo Seletivo

Tipo de Processo Seletivo

Entrada

Anual

HISTÓRICO

Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três - Odontologia, Direito e Educação Física - sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos “anos de chumbo” e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar



de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

Histórico do Centro

HISTÓRICO do CENTRO e dos CURSOS de LETRAS

Na Universidade, a Licenciatura em Letras-Italiano EaD está inserida no Centro de Ciências Humanas e Naturais, vinculada ao Departamento de Línguas e Letras.

O Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN - agrega bacharelados e várias licenciaturas, dentre elas os cursos de Letras. As graduações são oferecidas nos três turnos, ou seja, temos otimizado ao máximo nossas ofertas de cursos para a comunidade capixaba.

A maioria dos cursos tem programas de pós-graduação consagrados, que promovem eventos de impacto nacional. Os professores são, em sua maioria, doutores e/ou pós-doutores. Os docentes têm produtividade editorial significativa. Por conta do excelente desempenho acadêmico, os programas de pós-graduação foram agraciados com dois prédios, nos quais estão sendo oferecidos cursos que têm demanda anual renovada.

Do Centro destacamos: o Observatório de Oceanografia que realiza pesquisas relevantes sobre a sustentabilidade ambiental. Os cursos (bacharelado/licenciatura) nas áreas das ciências biológicas e psicologia contam com comitês de ética para regular as pesquisas de ambos. Os cursos do CCHN apresentam produtividade em programas institucionais como o PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência), atividades de extensão e pesquisas vinculadas ao programa PIIC (Programa Institucional de Iniciação Científica).

O CCHN é partícipe da EaD, visto que estão vigentes, desde 2014, os cursos de Ciências Biológicas, História e Filosofia.

Cursos de Letras

Os Cursos de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo tiveram início em 07 de dezembro de 1951, quando, pela Lei nº 550, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada. Por meio da Lei Estadual nº 806, de 05 de maio de 1954, a Faculdade passou a incorporar a Universidade Federal do Espírito Santo, sendo reconhecida pelo Decreto Federal nº 39.815, de 20 de agosto de 1956 .

O Curso de Letras teve início em 1951. Até 1972 eram ofertadas três opções de Licenciaturas Duplas em Letras: Português/Espanhol, Português/Francês e Português/Inglês. Porém, em 1973, as licenciaturas duplas foram desativadas, criando-se duas licenciaturas simples: Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa.

Em 1992, após uma longa reflexão por parte dos docentes de Letras, foi criada a Licenciatura de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa em São Mateus, sob a supervisão da Coordenação Universitária Norte do Espírito Santo (CEUNES). Também em 1992, teve início o novo Currículo da Licenciatura em Letras Português que vigorou até 2005.

Em resposta à solicitação do mercado, o Colegiado de Letras Português proveu, em caráter emergencial, à comunidade, em 1993, o Curso de Licenciatura em Língua Espanhola e Literaturas em Língua Espanhola e o Curso de Licenciatura em Língua Francesa e Literaturas em Língua Francesa. Apresentados sob esse caráter emergencial, os referidos cursos objetivavam formar profissionais qualificados para atuarem nas escolas de Educação Básica e nas de outros níveis nos quais veio oferecer-se o ensino de Espanhol e Francês. Os cursos se desenvolveram de maneira bastante satisfatória e os egressos são profissionais que atuam de forma competente em seus locais de trabalho.

Entretanto, devido à política de restrições orçamentárias para a Universidade Pública, adotada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi impossível manter a oferta desses dois cursos de línguas neolatinas, bem como o de São Mateus, haja vista a dificuldade de reposição de vagas para suprir as eventuais aposentadorias dos docentes. Em suma: os cursos de Letras

se restringiam, à época, às licenciaturas simples de Português e Inglês.

Contudo, apesar do fechamento das licenciaturas duplas em línguas neolatinas as disciplinas de idiomas neolatinos continuaram sendo oferecidas como optativas para os cursos de Letras.

Até recentemente, em função da desativação dos cursos emergenciais em Letras Português-Francês e Letras Português-Espanhol a Universidade Federal do Espírito Santo figurava entre as poucas universidades públicas que não ofertavam Licenciaturas em Línguas Neolatinas. O Departamento de Línguas e Letras considerou imprescindível que esta situação fosse modificada, a fim de que a Universidade pudesse melhor cumprir sua tarefa social. Por isso, aprovou os projetos de neolatinas: Português-Espanhol e Português-Francês e incluiu a licenciatura Português-Italiano em 2008. A primeira turma de Português-Espanhol foi iniciada em 2009/2 e de Português-Francês em 2010/1. O curso de italiano teve que aguardar um pouco mais porque contava apenas com um docente da área.

Os cursos de Letras têm realizado projetos de pesquisa, ensino e extensão. Os discentes participam ativamente do PIBID e de projetos de Iniciação Científica. Desde 2015, há profícua participação nos projetos de ensino emanados da Pró-Reitoria de Graduação.

Temos uma programação fixa de eventos: Semana de Letras, Congressos de Literatura e Linguística, além de uma jornada sobre o Ensino de Língua Estrangeira. Nosso corpo docente é formado, em sua maioria, por doutores que atuam na graduação e na pós-graduação. Nos últimos anos, o Departamento de Línguas e Letras passou a oferecer o bacharelado em Libras e nos próximos anos será instalada a licenciatura em Língua Brasileira de Sinais.

Os cursos de Espanhol e Francês receberam nota 4 nas últimas avaliações do MEC. O curso de Italiano ainda não foi avaliado.

A área de Letras se destaca pelos seus cursos de pós-graduação: O Programa de Pós-Graduação em Letras (literatura) oferece o mestrado desde 2000. Em 2010, o doutorado foi aprovado pela CAPES. Os conceitos atuais são: mestrado: 4 e doutorado: 4. O Programa de Pós-Graduação em Linguística foi criado em 2006, oferecendo o mestrado em Estudos Linguísticos em três linhas de pesquisa: 1) Estudos analítico-descritivos da linguagem; 2) Estudos sobre texto e discurso; e 3) Linguística Aplicada. Em 2016 o doutorado foi criado. O conceito do mestrado é 3 e o doutorado ainda não foi avaliado.

Desde 1997 funciona nas dependências do campus de Goiabeiras a sede dos Cursos de Línguas para a Comunidade (CLC), que é o braço social do Departamento de Letras na forma de um projeto articulado de pesquisa, ensino e extensão. O CLC oferta cursos livres de línguas estrangeiras para a comunidade capixaba e é também um campo de estágio curricular remunerado para os alunos do curso de Português, Inglês e línguas neolatinas. Nos últimos anos, o CLC se tornou um Centro Aplicador de provas de proficiência em língua estrangeira com vistas a avaliar candidatos interessados no “Programa Idiomas sem Fronteiras”, assim como aqueles interessados em ingressar nos programas de pós-graduação da Universidade.

Vale destacar que em 2003, foi aberta a primeira turma de italiano no CLC. Atualmente, é um dos cursos mais procurados.

A Resolução CNE/CES nº 01/2016 prevê no § 1º do artigo 2º que a modalidade educacional EaD deve compor a política institucional das IES, constando do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A mesma obrigatoriedade está expressa no Artigo 3º em seu § 5º Inciso V da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que prevê a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão. Esta tríade está presente no PDI (Projeto Diretor Institucional) e no PPI (Projeto Pedagógico Institucional) da UFES.

CONCEPÇÃO DO CURSO

Contextualização do Curso

O curso de italiano a distância teve origem a partir da demanda dos descendentes italianos que habitam o Espírito Santo e que pleiteavam a abertura de uma licenciatura na área. A ênfase do pleito provinha de municípios fora do eixo da Grande Vitória, demonstrando que abrir uma turma no campus de Goiabeiras demandaria deslocamento dos candidatos para a capital. O número de vagas seria suficiente para atender o quantitativo de municípios interessados no curso? Apresentava-se, então, uma oportunidade de interiorização virtual da Universidade. O assunto merecia investigação.

Para tanto, a Profa. Mariza Moraes (docente de italiano, lotada no Departamento de Línguas e Letras) encetou uma pesquisa nos municípios de Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante, Castelo, Domingos Martins e Nova Venécia com o intuito de consultar as comunidades, por meio de enquete a cidadãos (professores, comerciantes, estudantes, empresários, donas de casa, profissionais liberais, etc.), sobre a introdução do ensino do italiano nas escolas.

Constatamos que em termos de preservação da língua-matriz os ítalo-descendentes se ressentem da participação do Estado em termos educacionais oficiais, visto que a língua italiana não é ofertada regularmente nas escolas da rede pública de ensino, com exceção do município de Santa Teresa, que oficializou a obrigatoriedade do ensino do idioma. No entanto, existia uma oferta experimental do idioma em alguns municípios visitados e em outros não elencados na pesquisa.

A partir dos resultados da pesquisa partimos para a segunda etapa da sondagem: verificar como estava ocorrendo o ensino de italiano na rede pública de ensino dos municípios visitados. A consulta foi feita junto à ALCIES (Associação de Língua e Cultura Italiana no Espírito Santo), que vem se dedicando há décadas à oferta de cursos livres de italiano e também à formação pedagógica em italiano para a inserção do idioma nas escolas.

Verificamos que o ensino ocorria em algumas unidades escolares e os professores estavam vinculados na forma de contrato de Designação Temporária e não tinham nível superior na área de Letras em Italiano. Este fato se verifica em outras áreas do conhecimento, como, por exemplo: português, matemática, física. As estatísticas a respeito do considerável número de professores lecionando sem titulação são fornecidas pelo Educacenso, censo escolar realizado anualmente por uma autarquia vinculada ao MEC.

É pressuposto que a regência de turmas por professores sem diplomação implica em desrespeito à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) que estipulou como Década da Educação os anos de 1996 até 2006, porque todos os professores da educação brasileira deveriam ter licença para atuarem. Aliás, licenciatura é exatamente isso: conceder uma licença para professar um saber.

Com o resultado da abordagem obteve-se a percepção de que urgia a abertura de uma licenciatura para dar vazão às reivindicações dos descendentes dos colonizadores italianos, porque identificamos duas motivações: a) o potencial de interesse era alto; b) o número de professores, à época da pesquisa, que lecionavam no magistério público era significativo e tinham interesse na diplomação.

A escolha de um idioma na matriz curricular da Educação Básica pode ser feita por exigência de características locais, como se verifica na Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que enuncia no § 2º do artigo 15:

A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna, cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas

do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de relações.

O produto assertivo da pesquisa somou forças à vontade dos ítalo-descendentes, que habitam em diversos rincões do Espírito Santo e que desejam manter viva, por meio da escola, a língua de seus ancestrais. Dessa maneira, nasceu a ideia seminal da licenciatura em italiano na modalidade a distância, visto que apesar do consistente número de ítalo-descendentes (as pesquisas censitárias do IBGE [2009] demarcam que mais de 70% do montante populacional capixaba é oriunda de italianos), paradoxalmente, não existia, à época, no estado nenhuma instituição pública ou privada que ofertasse uma graduação na área.

A proponente do presente projeto - Profa. Mariza Moraes - se empenhou em reconhecer alternativas para satisfazer o pleito acadêmico dos capixabas herdeiros da colonização italiana no estado. Optou-se pela modalidade EaD, tendo em vista três razões: 1) a maior demanda pelo curso se concentrava em municípios fora da Grande Vitória, que ensinavam italiano em algumas escolas da rede pública; 2) havia uma experiência bem-sucedida de ensino a distância por parte da Universidade e 3) a área de italiano se restringia a um docente. Nessa perspectiva, a partir de 2009 envidamos empenho para a obtenção de empoderamento dos conceitos sobre EaD e iniciamos a redação de um projeto pedagógico de curso.

Nesse ínterim, houve a publicação de um edital do PARFOR (Programa de Formação Inicial e Continuada), extensão da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, que fomenta licenciaturas a distância e presenciais.

Editais do PARFOR

A UFES aderiu ao PARFOR em 2009 porque dentre as metas do PDI do quadriênio 2007/2010 estava a dinamização da educação a distância, que é uma forma de expansão e interiorização das IES (Instituições de Ensino Superior). Por isso, quando o SisUAB/MEC abriu, em 2009, o Edital de Articulações do PARFOR para novos cursos, a Instituição atendeu ao edital. Dentre os cursos que submeteram suas propostas estava configurada a candidatura de Letras Italiano.

Inserções Política, Econômica e Social do Curso na Comunidade Capixaba

A licenciatura em italiano foi aprovada pelo FEPAD/ES, que foi instituído pela Lei nº 6.755/2009, que em seu Artigo 5 estipula o seu plano estratégico de diagnóstico e de identificação das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento das instituições públicas de educação. Ou seja, o curso atende aos preceitos de inserção política, econômica e social do estado.

É fundamental informar que a economia do Espírito Santo foi alavancada pelo trabalho profícuo dos italianos que colonizaram o estado. Na atualidade, temos alguns setores da economia que são movimentados por estes brasileiros descendentes de italianos, como: a indústria moveleira, de mármore, a agricultura e o comércio de produtos como queijo, frios e vinhos. Vale destacar que a indústria de mármore é uma das mais relevantes e gera emprego e renda. Os empresários da área promovem uma feira anual de prestígio internacional e um dos seus parceiros comerciais é a Itália.

O turismo, e em especial, o ecoturismo tem se beneficiado da origem italiana, visto que roteiros turísticos são criados para percorrer a rota da migração (Domingos Martins, Nova Venécia, Venda Nova do Imigrante) com seu casario secular da época da colonização. O roteiro inclui visitas a museus e degustação de produtos vinícolas e de laticínios produzidos por famílias de ítalo-descendentes.

No estado há uma série de eventos anuais que prestigiam a cultura italiana que apresentam ao público shows de música e barracas com comidas típicas. Os empresários e empreendedores descendentes de italianos geralmente apoiam o movimento em prol da cultura italiana por meio dos Circoli Italiani - entidades culturais - e foram, entre outros, os signatários de pleitos pela inserção do italiano na rede pública de ensino.

Objetivos Gerais do Curso

O Curso de Licenciatura de Letras Italiano na modalidade EaD visa fundamentalmente à formação do professor na língua estrangeira para o ensino fundamental e médio. Desse modo, os seus objetivos gerais estão de acordo com os Artigos 32 e 44 da LDB nº 9.394/96. Ademais, o curso de Letras- Italiano está embasado nas premissas da Resolução CNE/CP nº 02/2015 e da Resolução CNE/CES nº 01/2016.

Exercer o magistério com ética e compromisso com vistas ao respeito à cidadania;
Ser um profissional sempre atualizado sobre o contexto educacional de sua unidade de ensino, isto é, ter o projeto pedagógico da escola contextualizado na disciplina que ensinar, além de se informar sobre a educação do seu País de modo genérico;
Adaptar sua metodologia às diferentes fases do desenvolvimento humano e às etapas da educação básica, priorizando o respeito à diversidade socioeconômica e cultural do discente;
Ser responsivo às demandas do seu local de trabalho.

Objetivos Específicos

I - estimular o conhecimento de diferentes culturas das línguas estudadas, fortalecendo os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social por meio do domínio do uso da língua italiana em sua variante padrão, bem como compreensão crítica das variantes linguísticas, nas suas manifestações orais e escritas;

II - propiciar o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo como base para o trabalho de pesquisa e investigação científica visando o desenvolvimento da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

III - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação na língua italiana;

IV - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;

V - formar diplomados aptos para a inserção no mercado de trabalho.

Metodologia

Valemo-nos do Parecer CNE/CP nº 02/2015 como norte conceitual para nossa concepção de currículo:

[...] o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho.

Todo currículo acadêmico se desdobra em vários pontos. Um deles é a metodologia de ensino, que em nossa abordagem privilegia o protagonismo dos discentes, que é concebido como assertivo, pró-ativo, participe. Daí decorrer que nesta proposta curricular vigora o entendimento de currículo como a soma de três aspectos: a) as experiências acadêmicas dos professores; b) as abordagens didático-pedagógicas inerentes às disciplinas que eles ministram e c) participação discente.

Nessa acepção, almejamos conseguir uma organização metodológica que resulte num pacto entre os docentes e os gestores com vistas a coadunar a compartimentalização de conteúdos de cada disciplina, ou seja, a especificidade das matérias tratadas pelas disciplinas que compõem a matriz curricular, como por exemplo, literatura, psicologia, língua estrangeira, entre outras.

Dito de outro modo: o aspecto didático-pedagógico da Licenciatura Italiano EaD se define por diferentes metodologias de ensino (método comunicativo para o ensino de línguas estrangeiras, método atitudinal, método crítico-contextual, entre outros). A acolhida da variedade de saberes está em consonância com o respeito aos aspectos citados acima, isto é, um curso pautado pelo ideário de manter, no ensino a distância, o padrão acadêmico elevado que vem distinguindo a UFES no cenário nacional.

Em suma: entendemos por metodologias de ensino diferenciadas a soma de vários perfis didáticos que são ofertados pela experiência docente de cada membro da equipe deste curso. Esta soma de perfis didáticos compõe um resultado híbrido, que é fruto da miríade de saberes que compõem este currículo, que de per si, é interdisciplinar. Para nós, favorecer o curso com metodologias híbridas é uma característica que otimiza as expectativas de autonomia e de flexibilidade do currículo.

O projeto que ora apresentamos foi concebido para mobilizar seus discentes e obter, em contrapartida, o sentimento de pertença e identificação com o curso, assegurando, assim, a permanência do estudante na instituição.

A metodologia de ensino, aliás, as metodologias de ensino (hibridismo) são compromissadas e consequentes e, por conta destas premissas, propiciam transparência e legitimidade às intencionalidades de seus proponentes e professores.

Em síntese: o projeto de curso foi concebido para ser um conjunto orgânico, sequencial e articulado em etapas, isto é, os períodos. No entanto, a periodização não é aleatória ou fragmentária. Ao contrário, a distribuição previu a concatenação dos conteúdos para o pleno desenvolvimento do ensino-aprendizagem das disciplinas que compõem a sua matriz curricular e que culminam nos estágios e no trabalho de conclusão de curso.

Em termos filosóficos, a metodologia de ensino do curso se filia à corrente humanista (KIRSCHENBAUM, 1975) na qual:

- 1) O professor não é detentor do conhecimento, ao contrário, confia na capacidade dos alunos de partilharem suas experiências, opiniões. A responsabilidade pelo aprendizado é compartilhada entre aluno, professor e o tutor;
 - 2) O professor otimiza trabalhos coletivos, ao mesmo tempo, encoraja o crescimento pessoal e orienta a composição da bagagem cultural;
 - 3) Os exames para verificar a internalização dos conhecimentos requeridos são progressivos e abrangentes. O aluno será convidado a fazer autoavaliação.
- Prevemos que em nosso curso os alunos também poderão expressar os seus conceitos a respeito dos métodos utilizados pelos professores e pelos tutores. Ademais, poderão avaliar o PPC, a plataforma de ensino, os professores e tutores, o designer instrucional e, finalmente, a coordenação.

A elaboração de um projeto curricular deve levar em conta, além do ensino estruturado, no qual se trabalham os conteúdos, isto é, as disciplinas, a importância de instituir tempos e espaços curriculares diversificados. Neste Projeto optamos pelos Projetos Integradores que culminam em Seminários Temáticos (que são longitudinais porque atravessam o currículo do início ao fim) que debaterão temas diversos pertinentes à contemporaneidade, que se especulam no cenário escolar: direitos humanos, educação ambiental, diversidade/inclusão, ética, etc.

Os projetos integradores são mecanismos capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas. Este conjunto de pressupostos é sintetizado na matriz curricular.

A matriz curricular é traduzida no ementário disciplinar e no acervo bibliográfico que foram elaborados e submetidos aos departamentos partícipes para colher modificações, sugestões ou aprovação. A redação das ementas e a escolha da bibliografia partiram da reflexão crítica e propositiva que almeja assegurar a sólida formação do licenciando em Letras-Italiano EaD. O



currículo foi concebido para ser relevante para as vidas dos discentes, seja no aspecto da cidadania ou no sentido profissional.

Neste capítulo não cabem digressões sobre as atividades de extensão e de pesquisa, que serão temas futuramente abordados.

Metodologia e Recursos Didáticos

Na modalidade EaD as metodologias são híbridas e primam pelo uso dos recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). As metodologias se desdobram em recursos didáticos que priorizam a interação entre estudantes e equipe disciplinar.

Configuram-se como práticas que proporcionam a produção e a socialização de conteúdos adquiridos das disciplinas. Para exemplificar, pensemos no WIKI, que é uma elaboração cooperativa. Estes e outros recursos fazem com que os alunos se esforcem para alcançarem as metas que são compartilhadas e, nesse sentido, a responsabilidade individual será refletida no resultado coletivo. Ambas as premissas culminam no desenvolvimento de habilidades de convívio interpessoal satisfatório.

As metodologias de ensino se valem de recursos didáticos informatizados no espectro do audiovisual, do escrito, do hipertexto, do gráfico. Os recursos didáticos serão escolhidos pelos professores, segundo as prerrogativas da área de saber à qual está vinculado, e estes recursos serão instrumentalizados pelo Designer Instrucional, que configura o MOODLE de modo lúdico, intuitivo, amigável e interativo. Os recursos didáticos digitalizados, naturalmente, respeitam as leis de direito autoral.

O curso de Italiano EaD não utilizará material impresso por questões orçamentárias que geram dificuldades de produção e logística de distribuição.

Ensino-Aprendizagem de Língua Estrangeira

Em relação à aprendizagem de língua estrangeira, a metodologia de ensino da Licenciatura em Italiano em EaD se filia à conceituação de que saber uma língua estrangeira (LE) agrega valor ao perfil profissional do falante. Além do aspecto profissional, saber outra língua amplia a cosmovisão e possibilita novas interações sociais que são sócio-historicamente construídas. A aprendizagem de uma língua estrangeira aguça o nível de compreensão quanto às características da sua língua materna, trazendo contribuições para o seu uso oral e escrito.

Aprender uma LE é adquirir habilidades e competências linguísticas. Para atingir esses escopos, na contemporaneidade, optou-se pelo enfoque comunicativo (BROWN, 2000) nas suas dimensões: gramatical, pragmática, sociolinguística, cultural. A abordagem comunicativa se redimensiona, numa perspectiva colaborativa, quando o ensino-aprendizagem pode se valer da interatividade das TDICs, que dinamiza a aderência à língua e favorece a autonomia dos aprendizes.

Ao lado do enfoque comunicativo, a linguística aplicada indica que o processo de ensino-aprendizagem deve ser fundamentado em práticas. Esta observação se ratifica em se tratando de um curso de formação de professor de língua estrangeira.

O currículo de Letras- Italiano EaD, tanto pela sua esfera conceitual quanto pela matriz curricular, pretende incentivar, durante o seu transcurso, a reflexão acerca da gramática culta do idioma italiano e, ao mesmo tempo, das identidades culturais dos falantes da língua-alvo por meio das disciplinas de literatura e cultura italianas.

A disposição das disciplinas de italiano nos oito períodos tem como parâmetro a língua standard, tendo em vista a existência dos dialetos italianos falados na península.

A abordagem comunicativa prevê o uso quase exclusivo da língua-alvo na sala de aula. Acredita-se que quanto mais insumo o aprendiz receber da língua-alvo, mais competente comunicativamente ele será.

Devido à proximidade entre a Língua Italiana e a Língua Portuguesa, ambas de origem latina, foi introduzida a disciplina Sociolinguística que analisa os graus de parentescos gramaticais entre elas e propiciará ao discente a noção da heterogeneidade linguístico-cultural dos ítalo-falantes. Por outro lado, o contraste entre ambas será realçado por meio da disciplina Análise Contrastiva entre o Português e Italiano, quando será possível estabelecer estratégias de cotejo entre elas, chamando a atenção dos alunos para os contrastes entre a língua materna e a estrangeira.

Outro exemplo está concentrado na promoção da aprendizagem crítica de LE, que desenvolve as práticas orais e escritas sob a forma de gêneros textuais representativos das linguagens e práticas sociais que são os objetivos dos Projetos Integradores. Estes oferecerão aos alunos sólida formação que os prepare para realizar escolhas que a vida profissional apresente. Muito mais do que oferecer conhecimentos compartimentados por áreas de saber, o ensino deve ter como foco as diversas dimensões da formação humana: a cognitiva, a cultural, a ética, a sociopolítica e a afetiva.

Em suma: o presente projeto optou por metodologias que formulem hipóteses e as teste no corpo discente visando o ensino da língua italiana, e seus correlatos, de modo crítico e versátil, isto é, negando os modelos unitários e incontestáveis preconcebidos por livros ou teorias em voga.

Escolhemos os Projetos Integradores como dinamizadores das disciplinas a respeito da língua italiana que, segundo Léa Fagundes (2001), são meios que servem para construir conhecimentos e competências e ampliar as já construídas ao longo do curso.

O preceito da metodologia híbrida se estende aos Seminários Temáticos, que possibilita o empoderamento dos temas em contexto brasileiro, estipulados pela Resolução CP/CES nº 02/2015, como: direitos humanos, diversidade sexual, religiosa, educação ambiental etc.

A metodologia de ensino do curso de Letras-Italiano EaD pretende oferecer aos professores a vivência com seus pares, criando, assim, uma rede de socialização permanente de experiências, que serão potencializadas pelo uso do MOODLE. Esta socialização é pressuposto da interação e da interatividade, que serão tópicos a serem discutidos em capítulo posterior.

Avaliação Virtual

Os Referenciais (MEC, 2014, pp.16/17) discorrem sobre a avaliação da aprendizagem, isto é, os métodos de aferição do saber adquirido pelo alunado:

Na educação à distância, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. Para tanto, esta avaliação deve comportar um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento. Desse modo, devem ser articulados mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem. As avaliações da aprendizagem do estudante devem ser compostas de avaliações a distância e avaliações presenciais, sendo estas últimas cercadas das precauções de segurança e controle de frequência, zelando pela confiabilidade e credibilidade dos resultados.

Em respeito ao documento demarcador da gestão de cursos em EaD, as avaliações terão duas facetas: a presencial e a virtual. As duas esferas conceberão provas escritas e orais (trata-se de uma licenciatura em língua estrangeira), trabalhos de pesquisa (individual ou coletivo), seminários.

Os Referenciais (MEC, 2007, p.27) predizem que “[...] é oportuno destacar, no âmbito do referido decreto, que o planejamento dos momentos presenciais obrigatórios devem estar claramente definidos.”

Os procedimentos avaliativos das disciplinas serão constituídos por meio de: tarefas ofertadas aos discentes: leituras, escritas individuais e coletivas postadas no AVA; relatórios,

participações em chats, fóruns, webconferência, interlocuções nos diálogos com os plug in (Skype ou similar) e wikis.

No MOODLE haverá a exigência de produção e postagens de trabalhos escritos (tarefas cotidianas) que valerão nota de zero a cem.

Com ênfase na dimensão formativa da avaliação serão feitos registros sistemáticos da participação dos estudantes em todas as atividades programadas, e também em outras atividades propostas pelos próprios alunos professores, que se mostrem pertinentes ao curso por meio de ferramentas o MOODLE.

Os trabalhos escritos serão avaliados pelos tutores a distância. A atividade será elaborada pelo professor responsável pela disciplina, que deverá fornecer a chave de correção para os tutores. Além disso, deve auxiliá-los em casos de dúvidas na correção.

Avaliações Presenciais

A avaliação presencial se dará de forma contínua, sistemática e cumulativa.

A participação nos encontros presenciais é parte integrante e obrigatória do processo de ensino e aprendizagem e será monitorada pelos tutores presenciais. A programação dos encontros será organizada com os coordenadores de polos.

O mesmo acompanhamento e a requisição de tarefas serão realizados para os Projetos Integradores e Seminários Temáticos. Estes últimos terão apresentação oral e relatório escrito. A produção discente será sistematizada em portfólios, postados e socializados pela plataforma de ensino.

Por força da lei, a cada semestre os docentes submeterão às turmas provas presenciais para valoração do desempenho dos alunos (avaliação somativa), em dias e horários preestabelecidos por calendário acadêmico. As provas ou relatórios e apresentações orais valerão de zero a cem pontos.

Perfil do Egresso

O perfil do egresso está compreendido na concepção do curso com vistas a captar as práticas positivas e que possam ser usadas como diagnóstico para futuras proposições e ações acadêmicas, além de interpretar as tendências do mercado de trabalho.

As Diretrizes para os Cursos de Letras são norteadas pelo Parecer CNE/CES nº 492/2001, que prediz que o perfil dos formandos :

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

I- o reconhecimento da Escola como uma instituição que além de promover a educação formal, promova a cidadania;

II - a renovação contínua de seu ofício por meio da pesquisa, da participação de eventos intra e interinstitucional;

III - a atuação profissional na instituição de ensino deve abranger a participação na gestão da Escola ou similar, com especial atenção ao projeto pedagógico;

IV - a partir do pressuposto que a interdisciplinaridade esteve presente no projeto pedagógico, o egresso terá feito o empoderamento para desenvolver o seu ofício em diferentes espaços educativos públicos e/ou privados;

VII - a partir do pressuposto que a interdisciplinaridade esteve presente no projeto pedagógico,



o egresso será capaz de desenvolver relações interpessoais que valorizem o trabalho coletivo, intercultural seja no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, seja na esfera da gestão escolar;

VIII - por conta da inserção do curso na modalidade EaD prevemos que o licenciado saiba manejar os recursos da TDICs na edificação de atividades cooperativas na sala de aula e/ou na organização acadêmica;

IX - que o egresso, como professor, tenha na leitura um hábito para promoção da discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais à sua área de formação, como também estar atualizado sobre novas propostas didático - pedagógicas emanadas dos órgãos gestores da educação no Brasil;

X- que o egresso, a partir da experiência da leitura e da pesquisa, aliada ao uso das TDICs, estruture material didático dinâmico, inovador e que introduza práticas avaliativas pautadas pelas teorias do ensino de língua.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concepção da Organização Curricular

As diretrizes para o ensino superior sempre trazem, na redação de seus ritos legais, o termo transversalidade, que é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos são integrados às disciplinas.

No bojo das normativas está expressa também a diferença entre a transversalidade e a interdisciplinaridade, que assumem que ambas complementam-se.

A transversalidade é uma espécie de interface do âmbito universitário com questões que não são da base do projeto pedagógico. Por exemplo, estudar sobre educação ambiental num curso de Letras.

A abordagem transversal gera diversas possibilidades: de poder expressar-se autenticamente sobre questões efetivas; amplia a diversidade dos pontos de vista e as formas de enunciá-los; otimiza a convivência com outras posições ideológicas, permitindo o exercício democrático. A concepção de transversalidade para nós reside no bojo da palavra, na sua etimologia, ou seja, transpassar do princípio ao fim o projeto pedagógico. Transversalidade é coalisão, intercessão, eixo perpendicular.

Morin (2003, p.13) esclarece que a educação superior forma especialistas em saberes compartimentalizados, em clara discrepância com a realidade que exige enfoques multifocais para o gerenciamento dos problemas surgidos durante o exercício das profissões.

O ideário da interdisciplinaridade durante a formação universitária foi prescrito por vários teóricos da educação, dentre eles: Anísio Teixeira e Hilton Japiassu, que preconizaram que a formação curricular transgredisse as fronteiras históricas das disciplinas.

Sobre o tema, destacamos o que a técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri - Patrícia Guimarães (2016, p. 07) relata em seu artigo:

Esta citação serviu de norte para a concepção matricial da Licenciatura Letras Italiano EaD, que se distingue pela consideração às especificidades disciplinares e pelo apreço à cooperação que conduzirá a uma interação propriamente dita, ou seja, produzirá reciprocidade nos intercâmbios, de modo que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida (JAPIASSU, 1976).

A mesma citação serve para informar que interdisciplinaridade não pode ser pretendida como “proposição de atividades avaliativas comuns”. Cada disciplina recebe o seu código, é inserida no SIE, terá ementa e programa e será avaliada em separado. Não haverá migração de notas. A interdisciplinaridade, nesta Licenciatura, será protagonizada pelas disciplinas que dialogam entre si durante o intercurso acadêmico. Vejamos alguns exemplos:

As disciplinas da Dimensão Pedagógica foram pensadas pelo prisma da interdisciplinaridade e complementariedade.

As disciplinas Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Educação: Aprendizagem e Sociologia da Educação dialogam entre si pelo mote da formação sócioafetiva e psicobiológica dos discentes.

É patente a contextualização das disciplinas do Núcleo da Língua Materna que mantêm diálogo, visto que são oferecidas aos pares, isto é, duas no mesmo semestre para garantir repercussão dos conhecimentos transmitidos.

As disciplinas de literatura brasileira 1 e 2 se interpenetram conceitualmente pelos estudos em torno das periodizações literárias tratadas em ambas.

Há notável intercâmbio entre os componentes do Núcleo dos Estudos Culturais Italianos, seja pelo ementário, seja pela bibliografia.

O mesmo enfoque interdisciplinar se verifica no Núcleo da Literatura Italiana.

Está explicitado, no ementário, a correlação temática das disciplinas Avaliação em Língua e Estrangeira e Recursos Didáticos para o ensino de Língua Estrangeira, isto é, produzir material didático e avaliação no ensino-aprendizagem de língua estrangeira.

Os estágios curriculares e o trabalho de conclusão de curso são exemplos clássicos de transversalidade e interdisciplinaridade. Vejamos: Quando o aluno realiza o estágio, ele aplica o conhecimento que adquiriu durante o transcurso didático. E ao pesquisar para redigir a sua monografia estará, novamente, interagindo com os diversos saberes que aprendeu durante a licenciatura.

Naturalmente, as pesquisas e atividades extensórias advindas de uma matriz curricular concebida por este ângulo produzirão resultados pautados pelos eixos convergentes.

Considerando o papel do professor universitário como formador de sujeitos aptos a serem inseridos na sociedade, cabe aos cursos de formação serem gerenciadores do favorecimento de atividades que sejam capazes de refletir conhecimentos atualizados e contextualizados. Por isso, a metodologia interdisciplinar no contexto desta Licenciatura almeja contribuir para a formação de egressos com características como: capacidade de tecer críticas sobre a realidade social, flexibilidade, autonomia, pensamento complexo, visão ampla, competência profissional, e capacidade de trabalho em equipe.

Para que a teoria se aproxime da prática concebem-se procedimentos investigativos e propositivos vinculados por meio de pesquisa-diagnóstica e intervenção no campo social receptivo aos estudantes de Letras. Nessa perspectiva, para este projeto curricular concebemos que o Núcleo da Prática como Componente Curricular tenha uma proposta de trabalho voltada para a reflexão e ação, que são revestidas de empenho para estimular a cidadania, a ética, a participação política, a solidariedade. Por isso, as Práticas como Componente Curricular foram planejadas de forma integrativa ao prever estratégias dialógicas por meio dos projetos integradores, que relataremos em momento oportuno.

Por ora, gostaríamos de enfatizar o caráter transversal/indisciplinar presente nas disciplinas do Núcleo de Prática como Componente Curricular:

A disciplina Educação Especial dialoga com o Currículo na Educação Básica e Educação e Diversidade, que dialogam com a disciplina Direitos Humanos e Educação;

Os conhecimentos adquiridos na disciplina TDICs serão utilizados em todas as disciplinas.

Gestão e Análise do Discurso estão justapostas à POEB e à Gestão da Educação Básica.

Políticas Linguísticas interage com Sociolinguística.

As Atividades Culturais Italianas em Ambientes Acadêmicos dialogam com todo o cabedal dos núcleos relativos à língua, cultura e literatura italiana.

Ao ofertamos um cardápio diversificado de disciplinas, que, por sua vez, são modalizadas por diferentes perspectivas metodológicas (abordagem comunicativa para o ensino de línguas estrangeiras, método atitudinal, método crítico-contextual, entre outros), estamos construindo um currículo plural.

É relevante informar que o currículo desta Licenciatura acolheu disciplinas obrigatórias para as licenciaturas. Adotamos também disciplinas clássicas do ensino de língua italiana. Mas introduzimos disciplinas criadas para o curso em atendimento às propostas epistemológicas e ao que determinam as legislações pertinentes. O inusitado do currículo foi criado coletivamente a partir da sugestão da proponente do curso aos professores das áreas. Ementário e bibliografia, assim como local a ser postado na periodização foram decididos sob o ponto de vista sequencial, transversal e interdisciplinar.

É preciso reconhecer a sequência da oferta. Ilustramos com um exemplo: se oferece SOCIOLINGUÍSTICA e depois se oferece POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. Assim, há diálogo sistemático entre as disciplinas, a segunda oferta foi subsidiada pelos conteúdos ofertados pela primeira disciplina.

Organização Curricular de Letras Italiano EaD: conceitos e gráficos

Do ponto de vista da teoria do currículo, o ensino é uma questão de capacitar os estudantes a empregar o saber acadêmico para compreender sua própria autoformação. Willian Pinar

Pinar (2000, p.152) sentenciou que “nas faculdades e universidades, a maioria do corpo docente reconhece que o currículo (matriz das disciplinas) é o outro intelectual e organizacional da educação institucionalizada”. Por isso, neste PPC o fluxograma dos períodos operacionaliza as estruturas curriculares promovendo a interação dos eixos constituintes do curso.

Concordamos com a aceção do autor e, por isso, a organização da matriz curricular do nosso projeto não é apenas uma listagem de disciplinas que os estudantes devam cumprir em determinadas etapas. E o corpo discente não é interpretado como sujeitos sem conhecimentos, ao contrário, concebemos que existam instrumentos próprios de aprendizagem. A produção de conhecimento realizar-se-á através de uma relação entre pessoas e, desta forma, é também uma relação social na qual os sujeitos envolvidos devam participar da sua materialização, relacionando-se e determinando-se mutuamente.

Vale observar o que NEDER (2001) destaca: “[...] ainda que o importante seja ver o currículo não apenas como sendo constituído por pessoas, mas também vê-lo como fazendo coisas às pessoas. O currículo é aquilo que os professores e os estudantes fazem com as coisas e também aquilo que as coisas feitas fazem aos seus autores [...]. Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz”.

Para tanto, a caracterização do currículo exige uma clara definição das premissas pedagógicas que devem orientar seu desenvolvimento. Nesse sentido, e levando em conta as características principais da modalidade a distância, destacamos os princípios básicos para a construção do curso. São eles: autonomia; investigação; trabalho cooperativo; relação teoria e prática; e dialogicidade entre as disciplinas, que são dispostas em eixos contemplando os núcleos previstos nas Diretrizes. A harmonização da distribuição das disciplinas culmina na interatividade, na flexibilidade e na interdisciplinaridade.

A promulgação da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) instituiu a autonomia universitária e conferiu às instituições de ensino superior o direito e a responsabilidade de fixarem os currículos de seus cursos e de seus programas. No entanto, a autonomia não prescinde de ideários e de ritos regulatórios que são ditados pelos marcos legais advindos do MEC e da própria IES à qual o curso está vinculado. Daí decorrer que o conjunto de marcos legais forma os princípios norteadores dos cursos.

No caso do Curso de Licenciatura Letras Italiano - modalidade EAD os princípios norteadores são frutos das abordagens epistemológicas e metodológicas apontadas por vários documentos, a saber: Plano de Desenvolvimento e Plano Pedagógicos Institucionais; Diretrizes Curriculares para o Curso de Licenciaturas concebidas pela UFES (Instrução Normativa nº 04/2016-PROGRAD); Diretrizes Curriculares para o curso de formação de professores/MEC (pareceres, resoluções, parâmetros). Do arcabouço legal do MEC, destacamos as Resoluções CNE/CP nº 02/2015, Parecer CNE/CES nº 492/2001 e Resolução CNE/CES nº 01/2016, que foram fundamentais para a concepção deste Projeto.

A organização curricular do curso seguiu critérios do MEC, ou seja, acomodamos as disciplinas em núcleos que, na periodização semestral, se articulam em dimensões que julgamos contemplarem o ideal na formação profissional docente, segundo o que enuncia a Resolução CNE/CP nº 02/2015 em seu Art. 12:

Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

- I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:



III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários, iniciação científica, monitoria, estágios, iniciação à docência, extensão, comunicação em eventos, mobilidade acadêmica [...].

Os Artigos 12 e 13 da Resolução CNE/CP nº 02/2015 versam sobre as divisões do currículo em termos quantitativos relacionados às categorias abaixo descritas:

- 1) 3.200 horas de carga horária mínima total;
- 2) 400 horas para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- 3) 2.200 horas dedicados aos Núcleos I e II do Artigo 12;
- 4) 400 horas para as Práticas como Componente Curricular;
- 5) 200 horas para os itens do Núcleo III do Artigo 12 (AACCs).

Esses percentuais, no projeto pedagógico de Letra-Italiano EaD, estão assim distribuídos, com exceção da Extensão:

- A) Núcleo da Dimensão Pedagógica;
- B) Núcleo da Língua Materna e da Literatura Brasileira;
- C) Núcleo dos Estudos Culturais Italianos;
- D) Núcleo da Língua Italiana;
- E) Núcleo de Literatura Italiana;
- F) Núcleo do Ensino de Língua Estrangeira;
- G) Núcleo dos Estágios, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e das Atividades Complementares (AACCs);
- H) Núcleo da Prática como Componente Curricular.

Em convergência com os percentuais estipulados pelo MEC, o Curso de Graduação em Letras Italiano contém 45 disciplinas (incluindo as práticas como componentes curriculares) distribuídas em 8 (oito) períodos/semestres, com duração mínima de 4 (quatro) anos.

Neste projeto, os Núcleos (acima citados) se interconectam de forma que, em cada semestre, o estudante terá contato com as diferentes abordagens curriculares (específicas, gerais, interdisciplinares), privilegiando as diferentes formatações didático-pedagógicas. A organização curricular desse curso prevê um total de 3.200 (três mil e duzentas) horas conforme o quadro sinótico abaixo.

MATRIZ	CURRICULAR	LICENCIATURA	LETRAS	ITALIANO	EaD
Núcleo	da	Dimensão	Pedagógica	[11x60	= 660horas]
Disciplinas			Carga horária		
Política	e	Organização	da	Educação	Básica- POEB
60 horas					
Gestão		da		Educação	Básica
		60 horas			
Fundamentos		Históricos	e	Filosóficos	da Educação
60 horas					
Educação			e		Diversidade
		60 horas			
Educação		das		Relações	Étnico-Raciais
	60 horas				
Currículo		da		Educação	Básica
		60 horas			
Fundamentos	da	Língua	Brasileira	de	Sinais- Libras
60 horas					
Didática		da		Língua	Italiana



Literatura	Brasileira	1	-	Periodização
	60 horas			
Literatura	Brasileira	2	-	Periodização
	60 horas			
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos		60 horas		

Núcleo dos Estudos Culturais [04x60 = 240 horas]

Disciplinas		Carga horária		
História	da	Língua	Italiana	
	60 horas			
Tópicos	de	Estudos	Clássicos	
	60 horas			
Tópicos	de	Cultura	Italiana	1
	60 horas			
Tópicos	de	Cultura	Italiana	2
	60 horas			

Núcleo do Ensino de Italiano [08x60 = 480 horas]

Disciplinas		Carga horária		
Língua		Italiana		1
	60 horas			
Língua		Italiana		2
	60 horas			
Língua		Italiana		3
	60 horas			
Língua		Italiana		4
	60 horas			
Língua	Italiana		5	Sintaxe
	60 horas			
Análise	Contrastiva	entre	o	Português e Italiano
	60 horas			
Produção		e	Recepção	Oral/Italiano
	60 horas			
Produção		e	Recepção	Escrita/Italiano
	60 horas			

Núcleo da Literatura Italiana [04x60=240horas]

Disciplinas		Carga horária		
Literatura	Infanto	Juvenil	Italiana	
	60 horas			
Literatura		Italiana		1
	60 horas			
Literatura		Italiana		2
	60 horas			
Literatura		Italiana		3
	60 horas			

Núcleo do Ensino de Língua Estrangeira [03x60 = 180 horas]

Disciplinas/Carga horária				
Avaliação	em	Língua	Estrangeira	
	60 horas			
Sociolinguística	60 horas			
Recursos Didáticos	60 horas	para o Ensino de Língua	Estrangeira	
	60 horas			

Quadro Resumo da Organização Curricular

Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	3200 horas
Carga Horária Obrigatória	3200 horas
Carga Horária Optativa	0 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	660 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas
Atividades Complementares	200 horas
Estágio Supervisionado	420 horas
Turno de Oferta	Diurno
Tempo Mínimo de Integralização	4.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	5.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	60 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	570 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	240 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	0 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	240 alunos
Prática como Componente Curricular	420 horas

Estrutura do Currículo

1º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13304	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13305	Língua Italiana 1	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13306	Sociologia da Educação	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13307	Produção e recepção oral	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13308	Projeto Integrador 1 - TDICS	2	60	0-30-30		Obrigatória

2º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13310	Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação	EAD13311	Língua Italiana 2	4	60	60-0-0	Disciplina: EAD13305	Obrigatória



Aberta e a Distância						Disciplina: EAD13305	
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13312	Produção e recepção escrita	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13313	Avaliação em Língua Estrangeira	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13314	Projeto Integrador 2 Educação Ambiental	2	60	0-30-30		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13309	Política e Organização da Educação Básica	4	60	60-0-0		Obrigatória

3º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13315	Educação e Diversidade	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13316	Literatura Brasileira 1 - Periodização	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13318	História da Língua Italiana	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13319	Tópicos de Cultura Italiana 1	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13320	Língua Italiana 3	4	60	60-0-0	Disciplina: EAD13311	Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13317	Psicologia da Educação: Aprendizagem	4	60	60-0-0		Obrigatória

4º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13321	Gestão da Educação Básica	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13322	Introdução à Linguística	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13323	Tópicos de Estudos Clássicos	4	60	60-0-0		Obrigatória



Distancia							
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13324	Língua Italiana 4	4	60	60-0-0	Disciplina: EAD13320	Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13325	Literatura Italiana 1	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13326	Projeto Integrador 3 Educação Especial	2	60	0-30-30		Obrigatória

5º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13327	Educação das Relações Étnico-Raciais	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13328	Psicologia do Desenvolvimento	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13329	Língua Italiana 5 - Sintaxe	4	60	60-0-0	Disciplina: EAD13324	Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13330	Literatura Italiana 2	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13331	Projeto Integrador 5 - Gestão Educacional e Análise do Discurso	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13332	Projeto Integrador 4 Atividades Culturais Italianas em Ambientes Educativos	2	60	0-30-30		Obrigatória

6º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13333	Currículo da Educação Básica	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13334	Didática (para o ensino de italiano)	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13335	Semântica	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD13336	Literatura Brasileira 2 - Periodização	4	60	60-0-0		Obrigatória



Distancia							
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13337	Tópicos de Cultura Italiana 2	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13338	Literatura Infanto-Juvenil Italiana	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13339	Sociolinguística	4	60	60-0-0		Obrigatória

7º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13340	LIBRAS	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13341	Análise contrastiva entre português e o italiano	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13342	Recursos Didáticos para o Ensino de Língua Estrangeira	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13343	Projeto Integrador 6 Política Linguística	2	60	0-30-30		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13344	Estágio Supervisionado de Língua Italiana I	8	210	30-0-180		Obrigatória

8º Período							
Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisito	(Obrigatória ou Optativa)
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13345	Literatura Italiana 3	4	60	60-0-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13346	Trabalho de Conclusão de Curso	2	60	0-60-0		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13347	Projeto Integrador 7 Direitos Humanos e Educação	2	60	0-30-30		Obrigatória
Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD13348	Estágio Supervisionado de Língua Italiana II	8	210	30-0-180		Obrigatória

Atividades Complementares

	Atividade	CH Máxima	Tipo
1	ATV02530 Participação em eventos científicos locais ou regionais sem apresentação de trabalho	40	Participação em eventos
2	ATV02532 Participação em eventos científicos nacionais ou internacionais sem apresentação de trabalho	60	Participação em eventos
3	ATV02538 Participação remunerada/voluntária em projeto de extensão registrado na UFES	120	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
4	ATV02539 Instrutor em cursos de extensão promovidos pela UFES	45	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
5	ATV02523 Estágios extracurriculares	60	Estágios extracurriculares
6	ATV02533 Iniciação Científica (PIBIC e PIVIC)	120	De iniciação científica e de pesquisa
7	ATV02536 Publicação de resumo em caderno de programação de evento	60	Publicação de trabalhos - Resumo
8	ATV02522 Monitorias Oficiais Remuneradas/Voluntárias (PID e PAD)	80	Monitoria
9	ATV02540 Participação em programas de intercâmbio institucional	20	Outras atividades
10	ATV02544 Participação em atividades culturais e artísticas não-curriculares (coral, cineclubes, etc.)	20	Outras atividades
11	ATV02546 Participação voluntária ou remunerada em projetos e entidades sociais e educacionais fora da UFES	60	Outras atividades
12	ATV02547 Instrutor em cursos fora da UFES abertos à comunidade	60	Outras atividades
13	ATV02534 Publicação de Livro (Acadêmico-científico) com ISBN	160	Publicação de Trabalhos - Integra
14	ATV02535 Publicação de capítulo, artigo, comunicação, tradução ou entrevista (acadêmico-científicos) com ISBN/ISSN	80	Publicação de Trabalhos - Integra
15	ATV02526 Disciplinas eletivas	120	Disciplinas Eletivas
16	ATV02527 Laboratórios e disciplinas optativas (além dos previstos na Matriz Curricular)	120	Disciplinas Eletivas



	Atividade	CH Máxima	Tipo
17	ATV02529 Participação em eventos científicos locais ou regionais com apresentação de trabalho	90	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
18	ATV02531 Participação em eventos científicos nacionais ou internacionais com apresentação de trabalho	120	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
19	ATV02537 Organização de eventos acadêmicos com supervisão de professor ou monitoria de evento	40	Organização de Eventos
20	ATV02545 Participação estudantil no DA ou DCE, com representação efetiva junto às instâncias da UFES (Colegiado, Departamento, etc.)	60	Organização estudantil
21	ATV02541 Publicação de livro (literário) com ISBN	80	Produção técnica, artística e teórica
22	ATV02542 Publicação avulsa de poemas, contos ou outro gênero literário em livro ou revista com ISBN/ISSN	20	Produção técnica, artística e teórica
23	ATV02543 Produção artística: exposições, participação em peças teatrais, apresentação musical, produção audiovisual (trazendo o nome da instituição)	40	Produção técnica, artística e teórica
24	ATV02525 Cursos complementares na área entre 10 e 100 horas	50	Cursos extracurriculares
25	ATV02528 Cursos de línguas extracurriculares	60	Cursos extracurriculares
26	ATV02524 Cursos oferecidos dentro da UFES com supervisão de professor (Libras, contadores de histórias etc.)	45	Atividade voluntária em pesquisa, ensino e extensão

Equivalências

Currículo do Curso



Disciplina: EAD13304 - Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Ementa

A relação entre a educação e seu contexto sócio-histórico-cultural: diferentes sociedades, diferentes educações e diferentes educações dentro da mesma sociedade. Gênese histórica e desenvolvimento do modelo hegemônico de escola no mundo e no Brasil; As diferentes correntes educacionais e seus fundamentos filosóficos: ontológicos, axiológicos, políticos, epistemológicos, gnosiológicos, estéticos; Teorizações funcionais, críticas e pós-críticas: diferenças e contradições.

Objetivos

Contexto sócio-histórico-cultural da educação brasileira e mundial.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da Educação . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
_____. História da Educação e da Pedagogia . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação . São Paulo: Brasiliense, 2002.

Bibliografia Complementar

ADORNO T. W. Educação e emancipação. In: _____. Educação e emancipação . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
ADORNO, Theodor Wiesengrund. Lições de sociologia . Lisboa: Edições 70, 2004.
EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo . São Paulo: Jorge Zahar, 1998.
FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização . São Paulo: Jorge Zahar, 1997.
GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sete aulas sobre linguagem, memória e história . Rio de Janeiro: Imago, 1997.

Disciplina: EAD13305 - Língua Italiana 1

Ementa

Introdução ao estudo da língua italiana; Aquisição de estruturas de nível elementar dos registros formal e informal da língua oral e escrita; Recepção e produção do texto oral e escrito em nível elementar; Sistema fonético e gráfico do italiano; Confronto com seus correspondentes no português; Vocabulário referente a situações do cotidiano; Noções da história e geografia da Itália; Leitura de textos literários e não-literários.

Objetivos

Introdução aos elementos básicos da língua italiana.

Bibliografia Básica

BALBONI, P.E., VOLTOLINA, M. Geografia d'Italia per stranieri. Perugia: Guerra edizioni, 2005.
MARIN, T. MAGNELLI, S. Nuovo Progetto Italiano . Corso multimediale di lingua e civiltà italiana. Livello elementare A1 - A2. Roma: Edilingua, 2010.
RICCI, M. Via della grammatica. Teoria, esercizi, test e materiale autentico per stranieri. Livello A1 - B2. Roma: Edilingua, 2010.

Bibliografia Complementar

BRITO, A.M. LOTE, B.. NETO, G.O. AZEREDO, J.C. Gramática comparativa Houaiss . Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês. São Paulo: Publifolha, 2010.
FRATTER, I. Technologie per l'insegnamento delle lingue. Roma: Carocci Editore, 2004.
MEZZADRI, M. O italiano essencial . Livro de gramática para estudantes estrangeiros desde o nível principiantes (A1) até o nível intermediário (B2). Perugia: Guerra Edizioni, 2005.
PATOTA, G.. Grammatica di riferimento della lingua italiana per stranieri . Milano: Le Monnier, 2009.
ZINGARELLI, N. Lo Zingarelli Minore. Vocabolario della língua italiana. Bologna: Zanichelli, 2010.



Disciplina: EAD13306 - Sociologia da Educação

Ementa

Compreensão das Ciências sociais e suas influências na educação brasileira desde a consolidação do capitalismo até os dias atuais, bem como na formação da cidadania.

Objetivos

A educação brasileira sob o ponto de vista sociológico.

Bibliografia Básica

CÂNDIDO, A. A educação em perspectiva sociológica . São Paulo: EPU, 1998.

FERREIRA, R. M. Sociologia da educação. São Paulo: Ática, 1997.

GADOTTI, M. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar

ALTHUSSER, L. Os aparelhos ideológicos do Estado . Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DURKHEIM, E. Educação e sociologia . São Paulo: T. Queiroz & EDUSP, 1983.

FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Cortez, 1980.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O & OLIVEIRA, M. G. de. Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

WEBER, M. A ética Protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1999.

Disciplina: EAD13307 - Produção e recepção oral

Ementa

Prática de produção e compreensão oral; As características da comunicação oral na sala de aula e no “mundo real”. Integração da expressão oral com as demais habilidades e competências linguísticas.

Objetivos

Competências linguísticas.

Bibliografia Básica

ANTUNES, I. Lutar com as palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

BALBONI, P. Tecniche didattiche per l'educazione linguistica. Torino: UTET Libreria, 1998.

DARDANO, M. TRIFONE, P. Grammatica italiana- con nozioni di linguistica. Bologna: Zanichelli Editore, 2003.

Bibliografia Complementar

FREDDI, G. Glottodidattica. Fondamenti, metodi e tecniche. Torino: UTET Libreria, 2002.

PALLOTTI, G. La seconda lingua. Milano: Bompiani, 2006.

PORCELLI, G. DOLCI, R. Multimedialità e insegnamenti linguistici. Modelli informatici per la scuola. Torino: UTET Libreria, 2003.

PORCELLI, G. Principi di glottodidattica. Brescia: La Scuola, 1994.

SOBRERO, Alberto. La Lingua Infinita. Educazione alla pratica e all'analisi della lingua italiana. Torino: Società Editrice Internazionale, 1988.

Disciplina: EAD13308 - Projeto Integrador 1 - TDICS

Ementa

Conceitos de tecnologia e tecnologia educacional. Tecnologias, pessoas e cultura. Tecnologia, Escola e Trabalho docente. Tecnologia Educacional e Educação a Distância. Avaliação e utilização de recursos da internet para fins educacionais: perfil do aluno, colaboração, objetos de aprendizagem, Recursos Educacionais Abertos (REAs), repositórios.

Objetivos

Empoderamento das TDICS para fins didáticos.

Bibliografia Básica

JOHNSON, Steven. Cultura da Interface: como o computador transforma a nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

FILATRO, Andrea. Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

PALOFF, Rena M. C. Pratt, Keith. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M.E.B. Educação, projetos, tecnologia e conhecimento. São Paulo: PROEM, 2002.

BELLONI, Maria L. O que é mídia-educação. 2ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Salto para o Futuro. Pedagogia de projetos e integração de mídias. TV escola. Brasília: Secretaria de Educação a Distância - SEED. Ministério da Educação, 2003. (Disponível no site: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ppm/index.htm>).

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34, 1998.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Disciplina: EAD13310 - Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

Ementa

Empoderamento dos padrões obrigatórios para a elaboração dos vários documentos acadêmicos (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Elaboração de resumos de textos, projetos de pesquisa, de comunicações para eventos, monografias.

Objetivos

Uso das regras da ABNT e percursos de pesquisa e elaboração de texto acadêmico.

Bibliografia Básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos. 2. ed. Vitória, ES: EDUFES, 2015.

_____. Biblioteca Central. Normalização de referências: NBR 6023:2002. Vitória, ES: EDUFES, 2015.

BOAVENTURA, E. Como ordenar as ideias. São Paulo: Ática, 2006.

MAFRA, J. J. Ler e tomar notas: primeiros passos da pesquisa bibliográfica: orientações para produção de textos acadêmicos. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

Bibliografia Complementar

BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTRO, C. de M. Metodologia de pesquisa. São Paulo: Pearson Education, 2006.

CERVO, A; L. BERVIAN, P; A. Metodologia científica. 6.ed; São Paulo: Pearson Education, 2006.

KOCHE, José Carlos; Fundamentos de metodologia científica: teoria da Ciência e Iniciação à Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2004.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico; 23; Ed. São Paulo: Cortez, 2007.



Disciplina: EAD13311 - Língua Italiana 2

Ementa

Consolidação da competência comunicativa de nível básico em língua italiana; Ampliação do vocabulário, das estruturas linguísticas e das funções comunicativas de nível básico, com base em textos reais autênticos ou adaptados; Produção textual (textos orais e escritos); Leitura de textos literários e não literários que evidenciem aspectos da cultura italiana.

Objetivos

Consolidação do repertório lexical, gramatical e comunicativo.

Bibliografia Básica

BALBONI, P.E., VOLTOLINA, M. Geografia d'Italia per stranieri. Perugia: Guerra edizioni, 2005.
MARIN, T. MAGNELLI, S. Nuovo Progetto Italiano. Corso multimediale di lingua e civiltà italiana. Livello elementare A1 - A2. Roma: Edilingua, 2010.
RICCI, M. Via della grammatica. Teoria, esercizi, test e materiale autentico per stranieri. Livello A1 - B2. Roma: Edilingua, 2010.

Bibliografia Complementar

BRITO, A.M. LOTE, B.. NETO, G.O. AZEREDO, J.C. Gramática comparativa Houaiss. Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês. São Paulo: Publifolha, 2010.
LUISE, M. C. (coord.) Italiano Lingua Seconda: fondamenti i metodi: Coordinate. vol 1. Perugia, Guerra Edizioni, 2003.
MEZZADRI, M. O italiano essencial. Livro de gramática para estudantes estrangeiros desde o nível principiantes (A1) até o nível intermediário (B2). Perugia: Guerra Edizioni, 2005.
PATOTA, G.. Grammatica di riferimento della lingua italiana per stranieri. Milano: Le Monnier, 2009.
ZINGARELLI, N. Lo Zingarelli Minore. Vocabolario della lingua italiana. Bologna: Zanichelli, 2010.

Disciplina: EAD13312 - Produção e recepção escrita

Ementa

Prática de produção e de compreensão escrita; As características da comunicação escrita na sala de aula e no "mundo real"; Integração da expressão escrita com as outras habilidades e competências linguísticas na produção de diferentes tipologias textuais.

Objetivos

Integração entre competências linguísticas. Produtividade textual.

Bibliografia Básica

ANTUNES, I. Lutar com as palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
BALBONI, P. Tecniche didattiche per l'educazione linguistica. Torino: UTET Libreria, 1998.
_____. Le microlingue scientifico-professionali: natura e insegnamento. Torino: UTET Libreria, 2004.

Bibliografia Complementar

DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R. E BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
FREDDI, G. Glottodidattica. Fondamenti, metodi e tecniche. Torino: UTET Libreria, 2002.
PALLOTTI, G. La seconda lingua. Milano: Bompiani, 2006.
PORCELLI, G. DOLCI, R. Multimedialità e insegnamenti linguistici. Modelli informatici per la scuola. Torino: UTET Libreria, 2003.
PORCELLI, G. Principi di glottodidattica. Brescia: La Scuola, 1994.



Disciplina: EAD13313 - Avaliação em Língua Estrangeira

Ementa

Análise das diferentes formas de avaliação da aquisição de uma língua estrangeira tendo em vista as quatro habilidades a serem adquiridas pelo alunado; Discussão sobre a coerência entre o foco de ensino e a avaliação; Avaliação como processo contínuo e integrado; Análise das dimensões da avaliação (somativa, formativa); Elaboração, por docentes e discentes, de instrumentos de avaliação que permitam analisar o projeto curricular da(s) escola(s).

Objetivos

Tipologias avaliativas. Avaliação somativa e formativa. Avaliação e currículo.

Bibliografia Básica

NEVES, Isabel Cristina. Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas de formadores de professores. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2008.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura (MEC). Política Educacional. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

CORRIAS, Vinício- Avaliações na sala de aula de língua estrangeira. Nome - Revista de Letras, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 138-50, jan.-jun. 2013.

HAYDT, Regina C. C. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1988.

LAPKOSKI, Graziella A. de Oliveira. Avaliação de leitura em inglês como língua estrangeira no Centro de Línguas da UFPR-Celin. Curitiba, 2003.

Disciplina: EAD13314 - Projeto Integrador 2 Educação Ambiental

Ementa

Histórico da Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental. Educação Ambiental no ambiente urbano, rural e em unidades de conservação. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação

Objetivos

Empoderamento da Educação Ambiental.

Bibliografia Básica

BARCHI, R. Uma educação ambiental libertária. Rev. eletrônica Mestrado em Educação Ambiental . ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.

REIGOTA, M. Meio Ambiente e representação social . São Paulo: Editora Cortês, 1998.

_____. O que é Educação Ambiental. São Paulo; Brasiliense, Coleções Primeiros Passos, nº 292; 2012.

Bibliografia Complementar

DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global, 1994.

GUTIÉRREZ PÉREZ, Francisco; PRADO ROJAS, Cruz. Ecopedagogia e cidadania planetária. 3. ed. -. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã ; v.3).

GRUN, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

REIGOTA, M; RIBEIRO, A.; POSSAS, R. Trajetórias e narrativas através da educação ambiental. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

SATO, M.; CARVALHO, I. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed,

2005.

Disciplina: EAD13309 - Política e Organização da Educação Básica

Ementa

A política educacional como política social: o direito à educação e a justiça social; Introdução às teorias do Estado; Estado, os atores sociais e a política pública; Planejamento educacional: centralização/descentralização, público/privado e quantidade/qualidade; Políticas educacionais no Brasil contemporâneo: legislação, estrutura e organização: financiamento da educação no Brasil; organização e formação do trabalho docente; Sistemas de avaliação em larga escala na educação brasileira; Políticas educacionais no Espírito Santo.

Objetivos

Organização, planejamento e legislação da Educação Básica

Bibliografia Básica

BEHRING, E. R. Capitalismo, liberalismo e origens. In: Política Social: fundamentos e história. 6ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social).
CIAVATTA, M. A; RAMOS, M. A “era das Diretrizes”: a disputa do projeto de educação pelos mais pobres. Revista Brasileira de Educação. v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.
CHAUÍ, Marilena. Público, Privado e Despotismo In: NOVAIS, Adauto (Org). Ética. Brasília: Companhia das Letras, 2002.

Bibliografia Complementar

CURY, J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação e Sociedade. Campinas, SP. V.28, n. 100 – especial. p. 831 – 855, out. 2007.
FERREIRA, E. B. (Org.). FONSECA, Marília (Org.). Política e planejamento educacional no Brasil do século XXI. Brasília: Liber Livros, 2013, p. 57-83.
LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI 9.394/1996.
SILVA, M. A.; CUNHA, C. da (Orgs.) Educação Básica: políticas, avanços e pendências. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
FREITAS, Helena Costa Lopes de. Federalismo e formação profissional: por um sistema unitário e plural. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 6, n. 10, p. 211-225, jan./jun. 2012. Disponível em: /www.esforce.org.br>. Acesso em 20 set. 2016.

Disciplina: EAD13315 - Educação e Diversidade

Ementa

Diversidade e diferença como constituintes da condição humana; Abordagens sobre a diversidade e a diferença no campo educacional; A escola inclusiva; Legislação, Políticas Públicas: gênero, deficiência, diversidade sexual, indígena, educação ambiental e outros; A formação de professores e a diversidade no espaço educacional.

Objetivos

A questão do gênero. As políticas públicas sobre as minorias.

Bibliografia Básica

PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do fracasso escolar. 4ª ed revista e ampliada. São Paulo: Intermeios. NOTA: ISBN: 978-85-8499-021-4
SANTOS, Boaventura de Sousa. A Construção Intercultural da Igualdade e da Diferença. In: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez. Editora 2006.
SCHILING, Flávia. Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

CAIADO, K. R. M.. JESUS, D. M.. BAPTISTA, C. R. (Org.). Professores e educação especial. formação em foco. Porto Alegre: Mediação, CDV/FACITEC, 2011.



JESUS, DM. BAPTISTA, CR. VICTOR, SL. Pesquisa em educação especial. mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2012.

LOPES Maura C.. FABRIS, Eli H. Educação e inclusão. BH: Autêntica.

CAIADO, Kátia Regina Moreno Caiado. JESUS, Denise Meyrelles de. Professores e Educação Especial: Formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Disciplina: EAD13316 - Literatura Brasileira 1 - Periodização

Ementa

Estudo de questões relativas à dinâmica dos gêneros literários – narrativo, dramático e lírico – aplicados às questões relativas à Antiguidade, ao Renascimento, ao Barroco, ao Arcadismo, em especial aqueles que repercutiram em Portugal e no Brasil, abordados tanto em perspectiva diacrônica quanto sincrônica.

Objetivos

Gêneros literários e periodização estética.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 2006.

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PROENÇA FILHO, Domicio. Estilos de época na literatura: (através de textos comentados). 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 1999.

MERQUIOR, Jose Guilherme. De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira I. 3. ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MOISES, Massaud. História da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1985.

NEJAR, Carlos. História da literatura brasileira: da carta de Pero Vaz de Caminha à contemporaneidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.

VERISSIMO, Jose. História da literatura brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 5. ed. - Brasília: Ed. UnB, 1998.

Disciplina: EAD13318 - História da Língua Italiana

Ementa

Fiorentino como modelo de língua para a península itálica.

Objetivos

História da evolução da língua italiana. Latim clássico e vulgar. Dialectos.

Bibliografia Básica

Elementos de Filologia Românica. São Paulo: Edusp, 2010. 2v.

Storia linguistica dell'Italia unita. Roma-Bari: Editori Laterza. 1ª edizione 1983.

Preparação à Linguística Românica. 2ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

Bibliografia Complementar

I dialetti delle regioni d'Italia. 1ª edizione. Firenze: Sansoni Editore: S.P.A, 1994

Storia della Lingua Italiana. Roma: Tascabili Economici Newton, Roma, 1994.

Latine Loqui: curso básico de latim. Vitória: EDUFES, 2016. 2v.

Gramática do Latim Vulgar. Porto Alegre: Livraria Acadêmica, 1959.

La lingua Italiana- Profilo Storico. 2ª edizione. Bologna: Mulina, 1994.



Disciplina: EAD13319 - Tópicos de Cultura Italiana 1

Ementa

A tradição cultural italiana; Tópicos referentes à pintura, à escultura e à arquitetura dos primórdios ao Renascimento e Humanismo. Abordagens da música italiana clássica, da ópera e da música moderna (Festival de San Remo); Estudos introdutórios ao cinema: neorrealismo.

Objetivos

Períodos do Humanismo e Renascimento. Música e cinema italianos.

Bibliografia Básica

ARGAN, G. C., História da Arte italiana (vols. II e III). São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
BAXANDALL, M. O Olhar Renascente. Pintura e experiência social na Itália da Renascença. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
SEGRE, Cesare. La pelle di San Bartolomeo: discorso e tempo dell'arte. Torino: Einaudi, 2003.

Bibliografia Complementar

LONGHI, R. Breve mas verídica história da pintura italiana. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.
PANOFKY, E. Estudos de Iconologia. Temas humanísticos na arte do Renascimento. Lisboa: Estampa, 1986.
HUIZINGA, Johan. Il problema del Rinascimento. Roma: Donzelli Editori, 2015.
BURCKHARDT, Jacob. O retrato na arte italiana do Renascimento. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP Editora FAP-UNIFESP, 2012.
PUCCINI, G. Turandot. Perugia: Guerra Edizioni, 2007.

Disciplina: EAD13320 - Língua Italiana 3

Ementa

Aquisição de estruturas de nível intermediário dos registros formal e informal da língua oral e escrita; Ampliação do vocabulário básico aprendido nos períodos anteriores; Ênfase na correção da pronúncia; Desenvolvimento de competência comunicativa (oral e escrita); Sistematização de aspectos da gramática italiana, os verbos e os pronomes; Aprimoramento de habilidades de produção e compreensão oral e escrita, através do estudo de vocabulário, estruturas linguísticas e funções comunicativas de nível intermediário.

Objetivos

Incremento da aquisição das 4 habilidades em ensino-aprendizagem de língua estrangeira.

Bibliografia Básica

BALBONI, P.E., VOLTOLINA, M. Geografia d'Italia per stranieri. Perugia: Guerra edizioni, 2005.
MARIN, T. MAGNELLI, S. Nuovo Progetto Italiano. Corso multimediale di língua e civiltà italiana. Livello elementare A1 - A2. Roma: Edilingua, 2010.
RICCI, M. Via della grammatica. Teoria, esercizi, test e materiale autentico per stranieri. Livello A1 - B2. Roma: Edilingua, 2010.

Bibliografia Complementar

BRITO, A.M. LOTE, B.. NETO, G.O. AZEREDO, J.C. Gramática comparativa Houaiss. Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês. São Paulo: Publifolha, 2010.
CHICHIÙ, A.. MINCIARELLI, F.. SILVESTRINI, M. Manual de gramática contrastiva para falantes de Português. Vol. 1 e 2. Lúcia Fulgêncio e Patrizia Bastianetto. Perugia: Edizioni Guerra, 1997.
MEZZADRI, M. O italiano essencial. Livro de gramática para estudantes estrangeiros desde o nível principiantes (A1) até o nível intermediário (B2). Perugia: Guerra Edizioni, 2005.
PATOTA, G.. Grammatica di riferimento della lingua italiana per stranieri. Milano: Le Monnier, 2009.
ZINGARELLI, N. Lo Zingarelli Minore. Vocabolario della lingua italiana. Bologna: Zanichelli, 2010.

Disciplina: EAD13317 - Psicologia da Educação: Aprendizagem

Ementa

Compreensão a Psicologia como ciência e o reconhecimento de sua contribuição para o fazer pedagógico, com vistas à formação do cidadão numa perspectiva crítica e de compromisso com a diversidade presente na educação.

Objetivos

Análise da diversidade educacional.

Bibliografia Básica

KASTRUP, V. A invenção de si e do mundo. Campinas: Papiurs, 1999.

OLIVEIRA, D. A. A educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

LINHARES, Célia (Org.). Os professores e a invenção da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

ENQUITA, M. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCOULT. M. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

HECKERT, A. L. et al. A escola como espaço de invenção. In Clio-Psyche Hoje. Fazer e dizer. Psicologia na História do Brasil. Rio de Janeiro: Relume- Dumará/ FAPER, 200.

PATTO, M H S. Psicologia e ideologia. São Paulo. T. A. Queiroz, 1984.

SANTOS, G. SILVA, M. P da (Orgs). Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. RJ: Fundação Perseu Abramo, 2005

Disciplina: EAD13321 - Gestão da Educação Básica

Ementa

Da administração escolar à gestão educacional: questões teórico-conceituais; Garantia do direito à educação no âmbito da gestão escolar; Gestão e organização de sistemas de ensino e das instituições de educação básica; Gestão dos recursos financeiros, do espaço físico e do patrimônio da escola; Projeto político-pedagógico e o planejamento do currículo escolar; Mecanismos de gestão democrática (órgãos colegiados, representação e processos decisórios); Planejamento participativo e a organização do cotidiano da escola de educação básica; Avaliação institucional e em larga escala; Articulação entre escola, família e comunidade

Objetivos

Articulação entre entidades de ensino e sociedade. Análise de projetos pedagógicos. Entre outros temas.

Bibliografia Básica

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C.. OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Org.). Política e gestão da educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Texto constitucional de 05/10/1988 e emendas. (versão atualizada).

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "fixa diretrizes e bases da educação nacional" (Versão atualizada).

DALBEN, Ângela Imaculada L. de F. Conselho de classe e avaliação do projeto político-pedagógico da escola. In: Presença pedagógica. v. 10, n. 60, Nov./dez. 2004, p.43-53.

LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Disciplina: EAD13322 - Introdução à Linguística

Ementa

A linguística como ciência; língua e linguagem; teoria do signo linguístico; contribuições de Saussure e de Chomsky. Língua e uso.

Objetivos

Introdução à linguística e seus expoentes. Conceitos de língua e uso.

Bibliografia Básica

FIORIN, J. L. (Org.). Introdução à linguística: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002. v.1, 2.
MARTELOTTA, M. Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2007.
MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez. 2004. v.1, 2, 3.

Bibliografia Complementar

PAVEAU, M-A; SARFATI, G-E. As grandes teorias da linguística. Da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.
PFEIFFER, C. C.; NUNES, J. H. (Orgs.) Introdução às Ciências da Linguagem. Linguagem, História e Conhecimento. Campinas: Pontes Editores, 2006.
SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1970.
XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. Conversas com linguistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
WEEDWOOD, B. História concisa da linguística. São paulo: parábola editorial, 2002.

Disciplina: EAD13323 - Tópicos de Estudos Clássicos

Ementa

Estudo introdutório dos principais gêneros, autores e obras da prosa e poesia grega e latina clássicas. Estudo da relação entre aquelas obras e aspectos socioculturais da Antiguidade, e de sua influência nas literaturas posteriores.

Objetivos

Autores gregos e latinos. Expoentes dos gêneros literários da Antiguidade.

Bibliografia Básica

BEARD, Mary; HENDERSON, John. Antiguidade clássica: uma brevíssima introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
CONTE, G. B. Letteratura latina: manuale storico dalle origini alla fine dell'impero romano. Milano: Le Monnier, 1987.
LESKY, A. História da literatura grega. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

Bibliografia Complementar

ALBRECHT, M. Historia de la literatura romana. Trad. Dulce Estefanía. Barcelona: Herder, 1997.
CARDOSO, Z. A. A literatura latina. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
ESTEFANÍA, D.; POCIÑA, A. (ed.). Géneros literarios romanos: aproximación a su estudio. Madrid: Ediciones Clásicas, 1996.
MAFRA, J. J. Cultura clássica grega e latina: temas fundadores da literatura ocidental. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010.
MARTINS, Paulo. Literatura latina. Curitiba: IESDE, 2009.



Disciplina: EAD13324 - Língua Italiana 4

Ementa

Estudo do texto em diferentes situações de comunicação; Aquisição de estruturas avançadas da língua; Produção e recepção de textos orais e escritos em nível avançado; Introdução aos mecanismos de tradução; A correspondência de tempos e modos verbais; Estudo das preposições e dos verbos irregulares; Ênfase nas habilidades de produção e compreensão oral e escrita através do estudo do vocabulário, estruturas linguísticas e funções comunicativas.

Objetivos

Ampliação das estruturas frasais. Recepção e produção das 4 habilidades.

Bibliografia Básica

BALBONI, P.E., VOLTOLINA, M. Geografia d'Italia per stranieri. Perugia: Guerra edizioni, 2005.

MARIN, T. MAGNELLI, S. Nuovo Progetto Italiano. Corso multimediale di língua e civiltà italiana. Livello elementare A1 - A2. Roma: Edilingua, 2010.

RICCI, M. Via della grammatika. Teoria, esercizi, test e materiale autentico per stranieri. Livello A1 - B2. Roma: Edilingua, 2010.

Bibliografia Complementar

BRITO, A.M. LOTE, B.. NETO, G.O. AZEREDO, J.C. Gramática comparativa Houaiss. Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês. São Paulo: Publifolha, 2010.

CHICHIÙ, A.. MINCIARELLI, F.SILVESTRINI, M. Manual de gramática contrastiva para falantes de Português. Vol. 1 e 2. Lúcia Fulgêncio e Patrizia Bastianetto. Perugia: Edizioni Guerra, 1997.

MEZZADRI, M. O italiano essencial. Livro de gramática para estudantes estrangeiros desde o nível principiantes (A1) até o nível intermediário (B2). Perugia: Guerra Edizioni, 2005.

PATOTA, G.. Grammatica di riferimento della língua italiana per stranieri. Milano: Le Monnier, 2009.

ZINGARELLI, N. Lo Zingarelli Minore. Vocabolario della língua italiana. Bologna: Zanichelli, 2010.

Disciplina: EAD13325 - Literatura Italiana 1

Ementa

Leitura e análise crítica dos autores representativos dos séculos XIX ao XXI: contexto histórico e cultural. Obras mais representativas dos períodos na poesia, prosa e teatro. Destaque para o Romantismo e o Romanzo Storico: Alessandro Manzoni. A questão da unificação italiana (Risorgimento). Verismo: Giovanni Verga. Il Novecento: Luigi Pirandello, Italo Svevo, Italo Calvino.

Objetivos

Obras representativas italiana com relação ao movimento nacionalista. Exponentes do Novecento.

Bibliografia Básica

ASOR ROSA, A. Breve storia della storia della letteratura italiana. II- L'Italia della Nazione. Torino: Einaudi, 2013.

MANZONI, Alessandro. I promessi sposi (a cura di Gilda Sbrilli). Torino: Loescher, 2011.

FERRONI, G. Storia della letteratura italiana. Torino: Mondadori, 2002.

Bibliografia Complementar

BANTI, Alberto Maria. Il Risorgimento Italiano. Bari: Laterza, 2009.

CALVINO, I. Se una notte d'inverno um viaggiatore. Milano: Feltrinelli, 2000.

PIRANDELLO, L. Il fu Mattia Pascal. Milano: Feltrinelli, 2009.

SVEVO, I. La coscienza di Zeno. Torino: Einaudi-Gallimard, Torino 1993 (cura di Mario Lavagetto).

VERGA, G. I Malavoglia. Milano: Principato, 1985.



Disciplina: EAD13326 - Projeto Integrador 3 Educação Especial

Ementa

Aspectos históricos, filosóficos e psicossociais da Educação Especial e/ou diversidade; Aspectos subjetivos de produção da diferença; Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Legislação e políticas públicas em Educação Especial; O Público-alvo da Educação Especial no contexto da escola comum.

Objetivos

A questão da Educação Especial: aspectos legais e políticos.

Bibliografia Básica

BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ida Maria. Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 2001.

MAFEZONI, Andressa. GOMES, Vitor. Diálogos com professores: práticas e reflexões sobre a inclusão escolar. Vitória: Edufes, 2016.

VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; PANTALEÃO, E. (org.). Educação Especial no Cenário Educacional Brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007-2008.

Cadernos Cedes. A educação e a inclusão social de sujeitos com deficiência visual. Campinas, vol. 28, n. 75, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

Cadernos Cedes. Educação, Surdez e Inclusão Social. Campinas, vol. 26, n. 69, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

LOPES Maura C.. FABRIS, Eli H. Educação e inclusão. BH: Autêntica.

CAIADO, Kátia Regina Moreno Caiado. JESUS, Denise Meyrelles de. Professores e Educação Especial: Formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Disciplina: EAD13327 - Educação das Relações Étnico-Raciais

Ementa

Objetivos

Discutir as relações étnico-raciais das três raças que compõem o Brasil

Bibliografia Básica

Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis, ABONG, 2002.

Africanidades: produções identitárias e políticas culturais. Vitória: EdUFES, 2013.

. Educação e Direitos Humanos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secad, 2005.

Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Dossiê Mulheres Negras. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/dossie_mulheres_negrasipea.pdf. Acesso em 20 dez. 2015.

Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados. 2011.

O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 2007.



Disciplina: EAD13328 - Psicologia do Desenvolvimento

Ementa

Psicologia do Desenvolvimento: objeto de estudo e principais teorias. Processos de desenvolvimento na infância, adolescência, idade adulta e terceira idade. Relações entre pensamento e linguagem. Relações entre a Psicologia do Desenvolvimento e o processo educacional.

Objetivos

O desenvolvimento físico e cognitivo. As interfaces do desenvolvimento com o processo educacional.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B. et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.

COLL, C. PALACIOS, J.; MARCHESI, A. *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. Vol 1.

SHAFFER, D. R. *Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

Bibliografia Complementar

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BEE, H. *A criança em desenvolvimento*. 7ª Edição. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1996.

BIAGGIO, A.M.B. *Psicologia do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. *Psicologia na educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Disciplina: EAD13329 - Língua Italiana 5 - Sintaxe

Ementa

Ampliação dos estudos de tópicos gramaticais mais relevantes em uma perspectiva pragmático-discursiva; Estudo da sintaxe italiana; Análise de estruturas complexas da língua italiana em um marco textual; Estudo das estruturas sintáticas coordenadas e subordinadas; Estudo das conjunções; Leitura e produção de textos descritivos e narrativos que visem aos diferentes tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre; Produção e recepção de textos orais e escritos.

Objetivos

Introdução de estruturas sintáticas complexas. Consolidação das funções comunicativas estudadas.

Bibliografia Básica

DARDANO, M. TRIFONE, P. *Grammatica italiana con nozioni di linguistica*. Bologna: Zanichelli, 2006.

LA GRASSA, M.. *L'italiano all'università*. Vol.2. Roma: Edilingua, 2012.

PANEBIANCO, B., PISONI, C.. Reggiani, L. *Grammatica italiana con esercizi di autoverifica*. Bologna: Zanichelli, 2012.

Bibliografia Complementar

BRITO, A.M. LOTE, B.. NETO, G.O. AZEREDO, J.C. *Gramática comparativa Houaiss. Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês*. São Paulo: Publifolha, 2010.

LATINO, A.. MUSCOLINO, M. *Uma grammatica italiana per tutti. Volume secondo: Livello elementare A1 - A2*. Roma: Edilingua, 2010.

Italia. *Quadro comune europeo di riferimento per le lingue: apprendimento, insegnamento, valutazione*. Milano, Consiglio d'Europa/ La Nuova Italia Oxford, 2002.

RICCI, M. *Via della grammatica. Teoria, esercizi, test e materiale autentico per stranieri. Livello A1 - B2*. Roma: Edilingua, 2010.

ZINGARELLI, N. *Lo Zingarelli Minore. Vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 2010.

Disciplina: EAD13330 - Literatura Italiana 2

Ementa

Estudo sobre o Humanismo, Renascimento, Maneirismo e Barroco: contexto histórico-cultural e autores mais representativos da época nas modalidades: lírica, dramática e narrativa. Destaque para a produção de Niccolò Machiavelli, Ludovico Ariosto, Torquato Tasso e Giovan Battista Basile.

Objetivos

Lírica, drama e narrativa dos períodos humanistas e renascentistas.

Bibliografia Básica

ASOR ROSA, A. Breve storia della storia della letteratura italiana. I- L'Italia dei Comuni e degli Stati. Torino: Einaudi, 2013.

FERRONI, G. Storia della letteratura italiana. Torino: Mondadori, 2002.

SANTAGATA, M.; TAVONI, M. Letteratura Italiana: Quattrocento/Cinquecento. Vol.3. Roma-Bari: Laterza, 2012.

Bibliografia Complementar

ARIOSTO, L. Orlando furioso. Milano: Garzanti, 1974.

BASILE, G.B. Lo cunto de li cunti. Roma: Salerno Editrice, 2013.

BOIARDO, M.M. Orlando innamorato. Torino: Utet, 1999.

MACHIARELLI, N. Il principe. Torino: Einaudi, 1998.

ROMANELLI, S.(org.): Antologia Bilingue Clássicos da Língua Italiana (Questione della lingua: Leon Battista Alberti, Baldassar Castiglione e Nicolau Maquiavel).Tubarão: Ed. Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2012. (Clássicos da Língua Italiana 1)

Disciplina: EAD13331 - Projeto Integrador 5 - Gestão Educacional e Análise do

Ementa

Da gestão da educação básica à análise dos marcos legais: leis, portarias, resoluções. Dos mecanismos de gestão educacional e o planejamento participativo: a ideologia do Estado. Avaliação institucional: subjetividade dos atores: escola, família e comunidade.

Objetivos

Interface entre a Análise do Discurso e a Gestão da Educação Básica.

Bibliografia Básica

BRASIL, Ministério da Educação. PCN+ Ensino Médio - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 03 maio 2016.

_____. LDB. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso 14 abril 2016.

MAINGENEAU, D. Gênese dos discursos. Curitiba: Criar, 2005.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

Bibliografia Complementar

GREGOLIN, M. R. Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

NAVARRO, P. (Org.). Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

AZEVEDO, J. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004 (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56) Campinas: Pontes, 2010.

GADET, F. e HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1990.



Disciplina: EAD13332 - Projeto Integrador 4 Atividades Culturais Italianas em

Ementa

Conceitos sobre cultura letrada versus cultura popular[folclore]. A identidade dos descendentes no contexto da imigração italiana no Brasil. História cultural italiana: música, cinema, literatura, design, moda e gastronomia em ambientes educativos.

Objetivos

Cultura letrada e cultura popular. Imigração italiana no Brasil e no Espírito Santo.

Bibliografia Básica

BALBONI, P.E., VOLTOLINA, M. Geografia d'Italia per stranieri. Perugia: Guerra edizioni, 2005.
CARDOSO, R. de Oliveira. Caminhos para identidade, ensaios sobre a etnicidade e o multiculturalismo. São Paulo: Unesp, 2006.
OLIVEIRA, Lillian M. Non ti scordar di me. São Paulo: Annablume, 2010

Bibliografia Complementar

BECCHETTI, A. et al La Dimensione Culturale nell'Insegnamento di L2. Milano, Mondadori, 1996.
BRANDT, Leonardo. Mercado cultural. São Paulo, Escrituras, 2002.
COLOGNESE, Silvio Antônio. Associações étnicas de italianos. São Paulo: Itália Nova, 2004.
FRANZINA, Emilio. A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.
VERSIANI, Eneide Balena. Imigração Italiana no Brasil. Belo Horizonte: Editora Gráfica Lucri, 2004.

Disciplina: EAD13333 - Currículo da Educação Básica

Ementa

A constituição histórica do campo do currículo: fundamentos, concepções e perspectivas; Acompanhamento e análise das atuais políticas do currículo da/na Educação Básica: prática discursiva, cotidiano e cultura escolar, identidade, diferença e diversidade.

Objetivos

Análise das dimensões do currículo na Educação Básica.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB: 2013.
GOODSON, Ivon F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.
LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth (Org.). Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

ALVES, Nilda. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2004.
APPLE. Michael. Política cultural e educação. São Paulo: Cortez, 2000.
FERRAÇO, Carlos Eduardo. CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). Currículos: pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis: DP et Alii, 2013.
SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



Disciplina: EAD13334 - Didática (para o ensino de italiano)

Ementa

As relações entre educação e didática. Questões atuais do ensino de língua estrangeira. Projeto pedagógico da escola e trabalho docente; Cotidiano da escola e da sala de aula: as relações entre professores, alunos e outros sujeitos do processo educativo. Planejamento de ensino: modalidades de trabalho pedagógico e planos de ensino. Objetivos e conteúdos de ensino. Estratégias de ensino-aprendizagem. Avaliação da aprendizagem: critérios e instrumentos.

Objetivos

Didática específica, voltada para os licenciandos em língua estrangeira.

Bibliografia Básica

BETTONI, C. *Imparare un'altra lingua. Lezioni di linguistica applicata*. Roma-Bari: Laterza, 2001.
CILIBERTI, A. *Manuale di Glottodidattica*. Firenze: La Nuova Italiana, 1994.
FREDDI, G. *Metodologia e didattica delle lingue straniere*. Bergamo: Minerva Italica, 2000.

Bibliografia Complementar

FREDDI, G. *Glottodidattica*. Torino: Utet Libreria, 2002.
GOLA, Giancarlo. *Con lo sguardo di chi insegna*. Torino: Franco Angeli, 2016.
MARAGLIANO, R. *Nuovo manuale di didattica*. Roma-Bari: Laterza, 2008.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

Disciplina: EAD13335 - Semântica

Ementa

A questão do sentido numa língua natural. Abordagens semânticas: do signo ao discurso. Referência e referenciação. A semântica no ensino de línguas.

Objetivos

A semântica e o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.
CANÇADO, M. *Manual de semântica*. São Paulo: Contexto, 2013.
NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria Jose Gnatta Dalcucho; OLIVEIRA, Roberta Pires de (Org). *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

Bibliografia Complementar

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação a semântica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.
NAVARRO, P. (Org). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.
PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
RECTOR, Monica; YUNES, Eliana Lucia Madureira. *Manual de semântica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

Disciplina: EAD13336 - Literatura Brasileira 2 - Periodização

Ementa

Estudo de questões relativas à dinâmica dos gêneros literários – narrativo, dramático e lírico – aplicados às questões relativas ao Romantismo, ao Realismo, ao Simbolismo, às vanguardas e aos movimentos pós-modernos, em especial aqueles que repercutiram em Portugal e no Brasil, abordados tanto em perspectiva diacrônica quanto sincrônica.

Objetivos

Estuda a literatura nacional sob a perspectiva sincrônica e diacrônica. Questões relativas aos gêneros literários.

Bibliografia Básica

BORBA, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. Tópicos de teoria para a investigação do discursoliterário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAJOLO, Marisa. Como e por que ler o romance brasileiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Bibliografia Complementar

CADEMARTORI, Lúgia. Períodos literários. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira (momentos decisivos). 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CASTELLO, Maria Cristina Magalhaes. A representação da mulher pelo olhar masculino: quatro momentos da literatura brasileira. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2000.

ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. 7. ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. 5v.

SOARES, Angélica. Gêneros literários. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.

VERISSIMO, Jose. História da literatura brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 5. ed. - Brasília: Ed. UnB, 1998.

Disciplina: EAD13337 - Tópicos de Cultura Italiana 2

Ementa

Tópicos referentes à pintura, à escultura e à arquitetura do Barroco à modernidade; Estudos sobre o cinema moderno: transposições fílmicas de obras literárias. A moda e o design italiano.

Objetivos

Arte italiana do Barroco à modernidade. Cinema, design e moda.

Bibliografia Básica

BERTELI, C. La storia dell'arte. Dal Rinascimento all'età della Controriforma. Torino: Bruno Mondadori, 2005.

Merlo, Elisabetta. Moda Italiana: Storia di un'industria dall'Ottocento a oggi. Venezia: Marsilio Editori. 2003.

SEGRE, Cesare. Tempo di bilanci: la fine del Novecento. Torino: Collana Biblioteca, Einaudi, 2005.

Bibliografia Complementar

AMMANITI, N. Non ho paura. Torino: Einaudi, 2011.

SAVIANI, R. Gomorra. Milano: Mondadori, 2009.

RAIMONDI, E. Temi e immagini della letteratura. Milano: Mondadori, 2005.

VERCELLONI, M. Breve storia del design italiano. Roma: Carocci, 2008.

BARARONCINI, Daniela. La moda nella letteratura contemporanea. Milano - Torino: Pearson Italia, 2010.

Disciplina: EAD13338 - Literatura Infanto-Juvenil Italiana

Ementa

Literatura infanto-juvenil italiana: a problemática do gênero; sua historicidade e relação com o ensino fundamental e médio. Texto e imagem nos livros infantis. A ideologia dos textos dirigidos a jovens e crianças. Análise de obras infanto-juvenis de expoentes italianos.

Objetivos

Literatura infanto-juvenil para o ensino fundamental e médio. Expoentes italianos da corrente literária.

Bibliografia Básica

ZILBERMAN, R. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BETTELHEIM, B. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CADEMARTORI, L. O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Bibliografia Complementar

FARIA, M^a Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. São Paulo. Contexto, 2004.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. Literatura infantil brasileira: história & histórias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

COELHO, N. N. Panorama histórico da literatura infantil e juvenil. São Paulo: Ática, 1991.

COLLODI, C. Le avventure di Pinocchio. Storia di un burattino. Torino: Einaudi, 2014.

RODARI, Gianni. Una favola al telefono. Milano: La Feltrinelli. 2014.

Disciplina: EAD13339 - Sociolinguística

Ementa

A língua como fenômeno variável. Variação e mudança linguística. Fatores linguísticos e extralinguísticos. Linguagem e cultura. Língua e poder. Atitudes linguísticas. As distintas vertentes da Sociolinguística e seus objetos de estudo. A dialetologia.

Objetivos

Língua. Variação linguística. Língua e cultura. Dialetos.

Bibliografia Básica

BELINE, R. A variação linguística. In: FIORIN, J. L. Introdução à linguística - I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

CAMACHO, R. Sociolinguística - parte II. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. Introdução à linguística; domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, p.49-76, 2001.

MARTELOTTA, M. (Org.) Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008.

Bibliografia Complementar

BORTONI-RICARDO, S. M. Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & educação. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

CALVET, L.J. Sociolinguística; uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). Introdução à Sociolinguística; o tratamento da variação. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PERES, E. P. Aspectos sócio-históricos do contato entre o dialeto vênето e o português no Espírito Santo. Revista (Con)textos linguísticos (UFES), v. 10, p. 53-71, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>.



Disciplina: EAD13340 - LIBRAS

Ementa

Ementa: Fundamentos históricos da educação de surdos; Aspectos linguísticos da língua de sinais; A cultura e a identidade surda; Legislação específica; Sinais básicos para conversação.

Objetivos

Ensinar a LIBRAS.

Bibliografia Básica

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1 a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa; Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental; 1. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009.

FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar

LODI, A; C; B.; LACERDA, C.; B; F. (Org.). Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. Letras LIBRAS ontem, hoje e amanhã. Florianópolis, ED. UFSC, 2015.

SKLIAR, C.(org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas traduções e histórias capixabas. Vitória: EdUFES, 2010.

Disciplina: EAD13341 - Análise contrastiva entre português e o italiano

Ementa

Contextualização e níveis hierárquicos nas línguas italiana e portuguesa. Aquisição de léxico heterossemântico. Interfências. Estruturas morfossintáticas e fonológicas: contrastes e similaridades.

Objetivos

Contrastes e similaridades entre o português e o italiano.

Bibliografia Básica

BATINTI, A. Il sistema fonologico dell'italiano. Perugia: Edizioni Guerra, 1993. BIAGI, A. M. L. Linguistica essenziale. Milano: Garzanti, 1992.

CARREIRA, Maria Helena Araújo e BOUDOY, Maryvonne. Grammatica Pratica del Portoghese dalla A alla Z. Trad. it. di Francesca Ilardi e Massimo Bocchiola, Milano, Editore Ulrico Hoepli, 2000.

COUDRY, Pierre e FONTÃO, Elizabeth. Fala Brasil: Português para Estrangeiros. Campinas: Editora Pontes, 2001.

Bibliografia Complementar

ABREU, Maria Helena e MURTEIRA, Rita Benamor. Grammatica del Portoghese Moderno, Bologna: Zanichelli, 1998.

CANEPARI, L. Italiano standard e pronunce regionali. Padova: Cleup, 1986.

DARDANO, M. Manualetto di linguistica italiana. Firenze: Zanichelli, 1991.

PORCELLI, G. DOLCI, R. Multimedialità e insegnamenti linguistici. Modelli informatici per la scuola. Torino: UTET Libreria, 2003.

ZINGARELLI, N. 11 Nuovo Zingarelli. Bologna: Zanichelli, 2000.

Disciplina: EAD13342 - Recursos Didáticos para o Ensino de Língua Estrangeira

Ementa

Análise de livros/manuais didáticos de LE disponíveis no mercado; Tratamento da gramática normativa, concepção da língua adotada; Nível de adequação às condições do ensino básico, especialmente a escola pública; Atendimento às necessidades de comunicação básica na língua estrangeira; Elaboração de material didático alternativo

Objetivos

Análise e produção de material didático para língua estrangeira.

Bibliografia Básica

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. Material didático: discursos e saberes. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

FERRO, Jeferson; BERGMANN, Juliana Cristina Faggion. Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira. Curitiba: IBPEX, 2008.

SAMPAIO, Francisco de Arruda; CARVALHO, Aloma Fernandes de. Com a palavra o autor: em nossa defesa: um elogio à importância e uma crítica às limitações do Programa Nacional do Livro Didático. São Paulo: Sarandi, 2010.

Bibliografia Complementar

DIAS, R., CRISTÓVÃO, V. L. L. O livro didático de língua estrangeira. Múltiplas perspectivas. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

FREITAG, Barbara; COSTA, Wanderly Ferreira.; MOTTA, Valeria Rodrigues. O livro didático em questão. 3. ed. -. São Paulo: Cortez, 1997.

MOLINA, Olga. Avaliação da inteligibilidade de livros didáticos de 1. e 2. graus por meio da técnica Cloze. -. São Paulo: USP, 1984.

MOITA LOPES, L. P. Oficina de linguística aplicada. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

TOMLINSON, B., MASUHARA, H. A elaboração de materiais para cursos de idiomas. São Paulo: SBS, 2005.

Disciplina: EAD13343 - Projeto Integrador 6 Política Linguística

Ementa

Definição de Política Linguística. Direitos linguísticos e movimentos sociais em rol de línguas de tradição ou minoritárias. Plurilinguismo e a educação de língua estrangeira. Oficialização e língua de escolarização.

Objetivos

Política Linguística e direitos de minorias de falantes. Educação estrangeira e currículo acadêmico.

Bibliografia Básica

CALVET, L-J. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

DINIZ, L. R. A Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior. 2012. 396p. Tese - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2012.

RAJAGOPALAN, K.; LOPES DA SILVA, F. [orgs.]. A linguística que nos faz falhar - investigação crítica. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2004.

Bibliografia Complementar

NICOLAIDES, C; SILVA, K. A. DA; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (orgs.). Política e políticas linguísticas. Campinas: Pontes, 2013.

MARIANI, B.S.C. Políticas de colonização linguística. Letras (UFSM), Santa Maria, n. 27, p. 73-82, 2003. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900/7322>.

RIBEIRO SILVA, Elias. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-



18132013000200007

FROSI, Vitalina e MISTURINI, Bruno. (Orgs.). São Leopoldo: Imigração italiana, estudos e pesquisas. São Leopoldo/RS: Oikos, 2016.

Disciplina: EAD13344 - Estágio Supervisionado de Língua Italiana I

Ementa

Observação, vivência e análise crítica dos processos didático-pedagógicos que ocorrem na escola e em outros espaços educativos. A dimensão dos processos de ensino-aprendizagem e a relação teórico-prático cotidiano escolar: concepção de currículo, seleção e organização de conteúdos; metodologias de ensino; livro didático, considerando a análise crítica de seus textos e o exame permanente da estruturação de seu conteúdo e avaliação da aprendizagem. Ação docente, entendida como regência de classe, contendo a elaboração e a operacionalização de projetos pedagógicos para o ensino fundamental.

Objetivos

Transposição da teoria à prática no Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

BALBONI, P. E. Le sfide di Babele - Insegnare le lingue nelle società complesse. Novara: UTET, 2012.

CILIBERTI, A. Manuale di Glottodidattica. Perugia: La Nuova Italia, 1994.

PICCHIASSI, M. Fondamenti di Glottodidattica. Perugia: Guerra, 1999.

Bibliografia Complementar

ALVAREZ, M. L. O.; SILVA, K. A. Linguística aplicada: múltiplos olhares. Campinas: Pontes, 2007.

CILIBERTI, A. Glottodidattica - Per una cultura dell'insegnamento linguistico. Roma: Carocci editore, 2013.

JANFRANCESCO, E.; L'acquisizione dell'italiano L2 da parte di immigrati adulti. Roma: Edilingua, 2005.

MOITA LOPES, L. P.(org.); Linguística Aplicada na modernidade recente. São Paulo: Parábola, 2013.

PEREIRA, R. C.; ROCA, P. Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

Disciplina: EAD13345 - Literatura Italiana 3

Ementa

Origens da literatura italiana: a Escola Siciliana e o "Dolce Stil Nuovo". Estudo dos principais autores do período: Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio.

Objetivos

Origens da literatura italiana: poesia religiosa. Os "pais" da literatura italiana.

Bibliografia Básica

ASOR ROSA, A. Breve storia della storia della letteratura italiana. I- L'Italia dei Comuni e degli Stati. Torino: Einaudi, 2013.

BRIOSCHI, Girolamo. Manuale di Letteratura Italiana. Torino: Bollati Boringhieri, 1998.

FERRONI, G. Storia della letteratura italiana. Torino: Mondadori, 2002.

Bibliografia Complementar

ALIGHIERI, D. La divina commedia. Milano: Rizzoli Libri SPA, 1994.

BARBERI, Squarotti, G. Dalle origini al Trecento. Torino: Utet, 1990.

BOCCACCIO, G. Decameron. Milano: Rizzoli Libri SPA, 1994.

BRUNI, F. La cultura alla corte di Federico II e la lirica siciliana, in Storia della civiltà letteraria

Perugia: Guerra Edizioni, 2002.

PETRARCA, F. Il Canzoniere (a cura di Giancarlo Contini). Torino: Einaudi, 1964.

Disciplina: EAD13346 - Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa

Produção de trabalho monográfico versando sobre temas ligados à docência em língua ou literatura italiana, podendo desenvolver-se por meio de pesquisas de campo; da análise crítica e elaboração de metodologias e materiais didáticos; de reflexões sobre o ensino dos conteúdos do idioma e da literatura definidos pelas diretrizes e programas do Ensino Fundamental e Médio em nível nacional, estadual ou municipal (caráter histórico)

Objetivos

Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. Como Fazer Monografias; TCC - dissertações - teses. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BARBOSA, D. Manual de Pesquisa: Metodologia de Estudos e Elaboração de Monografia. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Bibliografia Complementar

BRUNO, F. C. (Org.) Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras: reflexão e prática. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

DI MAURO, M. Comunicare bene per insegnare bene. Padova: Armando Ed. 2002.

ROCHA, Claudia Hilsdorf & BASSO, Edcleia Aparecida. Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades - reflexões para professores e formadores. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

SOUZA DIAS, D. de.; FERREIRA DA SILVA, M. Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercício. São Paulo: Atlas, 2010.

TRALDI, M. C.; DIAS, R. Monografia passo a passo. 6. ed. Campinas: Alínea, 2010.

Disciplina: EAD13347 - Projeto Integrador 7 Direitos Humanos e Educação

Ementa

Estatuto epistemológico dos Direitos Humanos e suas implicações para o campo educacional. Papel ético-político do professor. O contexto sócio-histórico dos preconceitos relacionados à deficiência, sexualidade, identidade de gênero, raça, classe e geração. Concepção e fundamentos de educação para jovens em cumprimento de medidas sócio-educacionais. A relação entre educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. Políticas e ações educacionais afirmativas.

Objetivos

Direitos Humanos e Educação. Políticas afirmativas. Diversidade e cidadania.

Bibliografia Básica

GOMES, Nilma Lino (Org.). Dossiê Diferenças [reed. 2012]. Educação e Sociedade, v. 33, n.120, Campinas jul./set. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020120003&lng=pt&nrm=iso

JESUS, Denise Meyrelles de Políticas de inclusão escolar no Espírito Santo: tecendo caminhos teórico-metodológicos. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. JESUS, Denise Meirelles (Orgs.). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes,

Bibliografia Complementar



FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, 1974.

JUNQUEIRA, Renato Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 433-449, mai-ago/2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p. 693-728, set./dez. 2010.

Disciplina: EAD13348 - Estágio Supervisionado de Língua Italiana II

Ementa

Observação, vivência e análise crítica dos processos didático-pedagógicos que ocorrem na escola e em outros espaços educativos. A dimensão dos processos de ensino-aprendizagem e a relação teórico-prática no cotidiano escolar: concepção de currículo, seleção e organização de conteúdos; metodologias de ensino; livro didático, considerando a análise crítica de seus textos e o exame permanente da estruturação de seu conteúdo e avaliação da aprendizagem. Ação docente, entendida como regência de classe, contendo a elaboração e a operacionalização de projetos pedagógicos no ensino médio.

Objetivos

Transposição da teoria à prática no Ensino Médio.

Bibliografia Básica

BRASIL, Ministério da Educação. *PCN+ Ensino Médio - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 03 maio 2016.

BRUNO, F. C. (Org.) *Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras: reflexão e prática*. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

LDB. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases*, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso 14 abril 2016.

Bibliografia Complementar

CAMBI, F. *Storia della pedagogia*. Roma: Laterza, 1995.

DI MAURO, M. *Comunicare bene per insegnare bene*. Padova: Armando Ed. 2002.

LEFFA, V. *O ensino das línguas estrangeiras no contexto nacional*. Disponível em: <<http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/oensle.pdf>>. Acesso em 05 maio 2016.

UFES. Departamento de Administração dos Conselhos Superiores- DAOCS. *Resoluções*. Disponível em <www.daocs.UFES.br>. Acesso em 05 maio 2016.

_____. Departamento de Línguas e Letras. DLL. *Projeto pedagógico da Licenciatura Português-Italiano*. Disponível em: <www.letras.UFES.br>. Acesso em: 08 maio 2016.

PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

O tripé institucional é composto pela pesquisa, ensino e extensão. O ensino está contemplado no Projeto por meio de sua matriz curricular. A extensão recebeu tratamento em um capítulo que discute sua operacionalização. A pesquisa será desenvolvida pela produção dos docentes partícipes do curso, que apresentarão aos discentes seus núcleos, linhas de pesquisa, projetos de Iniciação Científica, participação em projetos institucionais etc.

Este capítulo se fez necessário porque acreditamos que a modalidade a distância não está convenientemente inserida no âmbito da pesquisa, que quase sempre é feita nos campi. No entanto, devemos assumir que pode ocorrer uma falha de comunicação entre os gestores atuantes na EaD e os docentes ativos no ensino presencial. Por isso é preciso fazer um movimento de visibilidade à Educação a Distância para instituir uma interlocução produtiva e duradoura. Para demover qualquer impedimento existirá uma intermediação da coordenação do curso com os responsáveis pelas pesquisas (órgãos e/ou docentes).

Haverá, no transcurso da licenciatura, postagem de conteúdo relativo à chamada de adesões por parte dos professores, tutores, gestores aos editais que a Universidade vier oferecer. Os editais institucionais são frequentes, tanto aqueles emanados da UFES quanto os advindos do MEC ou similares. Para ilustrar: a Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN oferece o PIB-Programa Integrado de Bolsas da UFES

Com o objetivo de prover a Instituição de um conjunto articulado de programas formativos, acessíveis aos estudantes de graduação, que propiciem experiências científicas, culturais e artísticas ao longo de sua trajetória acadêmica, de forma a desenvolver competências técnico-científicas e sociais, além de valores humanísticos, foi criado o Programa Integrado de Bolsas - PIB com o intuito de apoiar atividades acadêmicas que integram as áreas de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando aos estudantes atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica, atendendo a necessidades e contribuindo para o fortalecimento dos cursos de graduação.

A LDB (9.394/96), no seu Art.43, que trata dos escopos da educação superior, indica que esta tem por finalidade desenvolver ações em prol do ensino, da pesquisa e da extensão (tríade institucional), objetivando sua integração com a comunidade da qual faz parte e, por meio dessas ações, contribuir com a sociedade. Da tríade destacamos, neste capítulo, que cabe à extensão o papel fundamental de pôr em prática o produzido pelo ensino e pela pesquisa. Portanto, a extensão é, por excelência, fruto da interseção da matriz disciplinar e dos projetos de pesquisa realizados durante o transcurso acadêmico.

No Brasil, segundo Paula (2013), os avanços da extensão universitária deveram-se, em muito, ao Fórum de Pró-reitores de Extensão - Forproex, pelo seu destaque na conceitualização da extensão universitária.

As ações extensórias oportunizam a prática do conhecimento acadêmico e, ao mesmo tempo, retroalimenta as IES porque tanto docentes quanto discentes trazem -quando realizam extensão - contribuições para a reflexão teórica, que fomenta o ensino-aprendizagem e a pesquisa.

A Lei 13.005/2014, mais conhecida como sendo o Plano Nacional de Educação - PNE (2014/2024) - prevê na META 12 (estratégia 12.7) que os cursos de formação para o magistério garantam o percentual de 10% da carga de integralização curricular à extensão.

A META 12 do PNE sugere que as ações extensórias deem atenção prioritária às áreas de pertinência social.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.



Estratégia 12.7.: assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Escolhemos para a programação da extensão os seguintes temas:

LIS- Língua Italiana de Sinais vinculada à LIBRAS;
Ensino da Língua e da Literatura Italiana para a comunidade;
Idealização de um projeto para contribuir com a programação cultural local;
Debates sobre avaliação em língua estrangeira e sobre recursos para produção de livro didático para o ensino de idiomas;
A questão das línguas dos imigrantes e das políticas linguísticas nacionais;
Projeto sobre cultura negra;
Projeto sobre imigração italiana e o legado histórico-cultural;
Desenvolvimento das TDICs em termos educativos;
História e Cultura Africana presentes nos municípios partícipes do curso;
Discussão sobre o mercado de trabalho para professores de italiano.

AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

Avaliação Institucional: interna e externa

Os colegiados de curso constituem comissões próprias de avaliação que examinam o curso, o corpo docente, a infraestrutura predial e de equipamentos, o acervo bibliográfico, os itens de acessibilidade, etc. a partir de critérios estipulados pelo INEP/SINAES (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), visto que os cursos recebem avaliadores externos e o alunado participa do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes).

Os Referenciais (MEC, 2007, p.4) reservam um tópico sobre Avaliação Institucional:

As instituições devem planejar e implementar sistemas de avaliação institucional, incluindo ouvidoria, que produzam efetivas melhorias de qualidade nas condições de oferta dos cursos e no processo pedagógico. Esta avaliação deve configurar-se em um processo permanente e consequente, de forma a subsidiar o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e pedagógico, produzindo efetivamente correções na direção da melhoria de qualidade do processo pedagógico coerentemente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para ter sucesso, essa avaliação precisa envolver os diversos atores: estudantes, professores, tutores, e quadro técnico-administrativo.

A condução da avaliação institucional deve facilitar o processo de discussão e análise entre os participantes, divulgando a cultura de avaliação, fornecendo elementos metodológicos e agregando valor às diversas atividades do curso e da instituição como um todo. Identificando nessa avaliação um dos aspectos fundamentais para a qualidade de um curso superior, a instituição deve desenhar um processo contínuo de avaliação quanto.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, tem como “objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior” e prevê que “Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”. Além disso, a Lei planejou o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), ao qual os discentes de EaD são submetidos.

Dito de outra maneira: a CPA existe para colher e sistematizar dados (avalição interna) que são inspecionados quando da avaliação externa, que são realizadas por avaliadores designadas pelo INEP/MEC. Os resultados convergem para o reconhecimento e/ou credenciamento das instituições, além de pontuação para o ranking institucional: conceito institucional e Conceito Geral de Curso.

Comissão Própria de Avaliação de Centro (CPAC)

A UFES regularizou a CPA institucional pela Resolução 14/2004- CEPE. A mesma resolução também decidiu subdividir as incumbências dos avaliadores internos e instituiu a CPAC-Comissão Própria de Avaliação de Curso, sob a custódia dos colegiados. Na atualidade, esta dimensão foi eliminada e vigora a Comissão Própria de Avaliação por Centro (Resolução CuN-UFES n.º 49/2016). No entanto, será cada curso/colegiado que irá alimentá-la com informações sobre o curso.

O Capítulo I do Processo Permanente de Avaliação Institucional da UFES prevê no Art. 1.º Instituir o processo permanente de avaliação institucional, reestruturando a Comissão Própria de Avaliação (CPA), extinguindo as Comissões Próprias de Avaliação de Cursos (CPACs) e criando as Comissões Próprias de Avaliação dos Centros de Ensino (CPACs) da Universidade Federal do Espírito Santo.



Na Universidade, a CPA e as CPACs estão entrosadas. E ambas têm o suporte executivo da SEAVIN, que elaborou complexo manual para orientar os planos estratégicos para a avaliação interna e externa. E a UFES também conta com uma Ouvidoria e um Comitê de Ética para os três segmentos (professor, aluno, servidor) e para a comunidade recorrer em se tratando de assuntos relacionados à Instituição.

Os links são: www.seavin.ufes.br; www.avaliacaoinstitucional.ufes.br; www.ouvidoria.ufes.br.

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

A Resolução CNE/CP nº 02/2016 em seu Artigo 30 menciona, implicitamente, o ENADE no Inciso III: “O estabelecimento do processo avaliativo dos (das) estudantes em formação e concluintes em cursos superiores na modalidade a distância”.

Aos alunos do curso será informado, por meio do Guia do Estudante, que ele será submetido ao ENADE, que é obrigatório por ser um componente curricular exigido para poder colar grau e receber diploma (a participação é averbada no histórico escolar). O Exame foi instituído pela Lei nº 10.861/2004 que estabelece as atribuições do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES que prevê em seu artigo 5º e parágrafos a aplicação do ENADE que é aplicado trienalmente a todos os alunos, inclusive aos da modalidade EaD.

ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

Política de Relacionamento

É pressuposto que as instituições de ensino devam instituir uma política de relacionamento para salvaguardar os direitos de seus alunos. Para tanto contamos com estes órgãos na Universidade:

PROGRAD: o Departamento de Apoio Acadêmico (DAA) tem desenvolvido profícua gestão para a permanência do aluno na instituição e promovendo a integralização curricular no tempo estabelecido pelo projeto pedagógico de curso;

Divisão de Estágio (vinculado à PROGRAD) com uma política de articulação com agentes de integração;

PROAECI/NAUFES: que apoia alunos em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Na UFES temos:

Assistência médica, odontológica e psicológica;

Núcleo de acessibilidade vinculado à PROAECI;

Ouvidoria para atender a demanda dos discentes;

Restaurantes universitários e bibliotecas, etc.

Dentre outros benefícios, a Universidade desenvolve políticas de concessão de bolsas de estudos, que são oferecidas por diferentes órgãos da Instituição. O discente de EaD tem direito a esta gama de benefícios acima citados.

A coordenadora proponente do curso apresentará uma minuta do Regimento do Colegiado, que será discutido e homologado pelos membros do colegiado quando da sua primeira reunião. O regimento foi configurado a partir dos Referenciais de Qualidade para a EaD (MEC, 2007) em consonância com o Estatuto e o Regimento da UFES. Os direitos e deveres dos discentes serão arregimentados em um Guia do Estudante digital, pautado pelo que dispõe o Estatuto e Regimento da UFES, que será postado na Plataforma MOODLE.

Manual de Rotinas Acadêmicas ou Guia do Estudante

Os discentes da EaD na UFES recebem o mesmo tratamento acadêmico e estão integrados ao SIE, órgão informatizado de gestão acadêmica. O coordenador postará no MOODLE o Manual de Rotinas Acadêmicas ou Guia do Estudante, dispositivo que orienta os discentes sobre a rotina universitária.

Constará na sala do curso, na plataforma MOODLE, os links das pró-reitorias, do CCHN, dos Cursos de Letras, do Departamento de Línguas e Letras e da SEAD.

O coordenador do curso deve estabelecer um horário flexível para o atendimento ao aluno. Assim como estipular horários ampliados para a equipe multidisciplinar para dar vazão ao acompanhamento dos profissionais que atuam fora da sede, assegurando a esses e aos alunos o mesmo padrão de qualidade da matriz.

Está previsto assento no colegiado para a representação de estudantes da educação a distância, de modo a receber feedback sobre as reivindicações de seus pares.

Retenção e Evasão

As licenciaturas são apontadas, por dados estatísticos, como cursos que apresentam índices consideráveis, aliás, preocupantes de evasão acadêmica. Conscientes deste risco, instauraremos uma política de relacionamento com os discentes na forma de acompanhamento, para monitorar repetência/repercurso, faltas constantes, ausência de participação e de entrosamento com os seus pares, assim como tutor/professor. E envidaremos



esforços para saber dos motivos e tentar debelá-los.

A Estratégia 13.8 do PNE (Plano Nacional de Educação) confirma a importância de se prever o acompanhamento e o apoio ao estudante com vistas a se ampliar a taxa de conclusão (sucesso) dos cursos de graduação. Assim, se torna imprescindível prever tais ações que podem ser de ordem: a) apoio social; b) apoio psicológico.

A díade retenção/evasão é um dado preocupante para os gestores educacionais. Prevendo a incidência deste fato, o colegiado prevê um programa de acompanhamento de acesso e permanência do aluno no tempo ideal de integralização curricular, isto é, 4 anos. Este programa contará com a gestão compartilhada e participativa dos membros do NDE e do colegiado.

A oferta do curso será única, como informamos. Tendo em vista a possibilidade de retenção ou previsão de evasão será instituído um projeto, junto ao DAA (Departamento de Apoio Acadêmico) PROGRAD, de política de relacionamento para coibir a dispersão.

ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O transcurso da graduação Letras Italiano em EaD será monitorado pela coordenação com auxílio dos tutores e dos coordenadores de polos. Ao se aproximar o término do curso atualizaremos os cadastros dos discentes e vamos enviar às turmas um convite para participar do acompanhamento dos formados pela UFES/DLL/SEAD por meio de um blog e/ou e-mail destinados para este fim. O mecanismo servirá para recolher dados sobre o perfil profissional dos formados.

Os egressos se revelam fontes potenciais na articulação com a sociedade, que possibilitam retratar a forma como são recebidos pelo mercado de trabalho. Portanto, é fundamental que a Universidade estabeleça um canal de comunicação com este segmento.

O acompanhamento de egressos da UFES faz parte das diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e do PPC de Letras Italiano, haja vista a redação deste capítulo, e se constitui levantamento de informações imprescindíveis para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da Instituição.

O perfil de cada diplomado se transforma em estratégias para que a Instituição tenha condições de mensurar a qualidade de sua formação. Nessa perspectiva, propicia dados para a avaliação contínua dos currículos, do perfil profissional dos egressos e a exigência, cada vez mais crescente, de uma formação profissional continuada.

Para constituir o perfil dos formados enviaremos questionários semiestruturados ou similares para recolher dados sobre os níveis de empregabilidade, salário, satisfação, perspectiva de carreira.

Os resultados serão enviados ao Programa de Acompanhamento de Estudantes Egressos (PAEEG/PROGRAD), que foi criado em 2013, com vistas a promover a melhoria constante da qualidade dos Cursos de graduação mantidos pela Universidade e a prestar contas à sociedade acerca de sua responsabilidade social. Mantém interface com a Avaliação dos Cursos de Graduação e, especificamente, com o trabalho realizado em cada curso da UFES pelo Núcleo Docente Estruturante e a Comissão Própria de Avaliação de Curso - CPAC.

Por fim, assinalamos que o acompanhamento do egresso é importante para a educação presencial. Este acompanhamento tem que ser adotado pelos cursos a distância para monitorar a aceitação da sociedade, a desmitificação de preconceitos e a otimização de seus métodos.

NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

A licenciatura é uma graduação que forma professores que atuarão no ensino fundamental e no ensino médio. É uma modalidade acadêmica por excelência voltada para a atividade de ensinar. O licenciando durante sua formação acadêmica deve receber conteúdos pedagógicos e específicos para cada área de saber, ou seja, curso. Além disso, ao graduando são ofertados modelos atitudinais do corpo docente, que imprimem no futuro professor conceitos sobre postura ética, cosmovisão política, ideário filosófico. Da equipe de professores parte o domínio dos saberes que eles professam, ao lado do compromisso com a assiduidade e com a pontualidade. Além do cumprimento de programas de disciplinas, do calendário e do estatuto acadêmico.

A incorporação destes valores será testada, evidenciada, avaliada quando o estudante iniciar as práticas docentes em ambientes educativos externos à sala de aula universitária. Aliás, a testagem começa realmente na sala de aula da universidade que é um ambiente educativo primordial e no qual se verifica o comportamento social (interação entre pares) e a aquisição de conhecimentos pelos licenciandos. Ou melhor, pelos futuros professores.

A identidade do licenciando é formada no âmbito acadêmico, tendo como referência os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos implicados na sua área de atuação. Estes aspectos tomam corporeidade na sua profissionalização, ou seja, nos conhecimentos produzidos pelo curso que frequenta na universidade e que contribuirão para a sociedade (e para as agências educadoras) na qual está inserido.

A propósito, Pimenta (1999, p.67), quando discute a construção da identidade docente, afirma:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições; Mas também da reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas; [...] Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias; [...] Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos.

É importante ressaltar que a identidade docente também é edificada pela prática como componente curricular, que pode ser efetuada por meio de pesquisas, de participação em eventos, de atividades extensórias. No entanto, a prática consagrada é o estágio. Sua legitimidade é atestada pela legislação advinda do MEC e por aquelas redigidas pelas instituições de ensino superior. E ambas são contempladas nos projetos pedagógicos de cursos.

A concepção clássica de prática situa sua realização nos chamados campos de estágio, que podem ser qualquer agência educativa oficial, quais sejam: museu, biblioteca, editora, sindicato de professores, ONGs, editoras, ensino hospitalar ou ensino carcerário e ainda a educação a distância. No entanto, a escola – de preferência pertencente à rede pública- é celebrada como o local ideal para praticar o que se aprende nos bancos universitários.

As agências educadoras, acima citadas, são campos sociais, que quando selecionadas para o estágio devem ser integradas conceitual e formalmente ao processo formativo do futuro professor. Pimenta e Lima (2010, p.201) apontam para a necessidade de “Estabelecer uma parceria entre a escola e a universidade, a partir de critérios [...]. Trazer para dentro da universidade a discussão da prática”.

Idealizamos um único local para acolher todos os alunos de cada turma, a cada ano, e que deveria ser elaborado um plano estratégico de operacionalização do estágio de acordo com o perfil da entidade educacional. Este zelo tem como finalidade a avaliação de resultados tanto

pelo ponto de vista da instituição formadora quanto da entidade receptora, visto que durante o tirocínio, o estagiário analisa e investiga pedagógica e administrativamente a entidade receptora e estará igualmente sendo observado e examinado (FERRAÇO, CARVALHO, 2012). Por isso, a prática é uma forma de cartão de visita da instituição ao qual o aluno-universitário está vinculado. Seu comportamento, seu empenho, a aplicação de seus conhecimentos, suas ideias revelam sua origem acadêmica, assim como sua personalidade.

Teoria e prática

O clichê da contraposição entre teoria e prática é repetido ano a ano pelos discentes e docentes. Naturalmente, existe diferença entre a teoria e a prática. A teoria está inserida na IES (Instituição de Ensino Superior) e a prática no campo de ação profissional. Entre estas instâncias - entidade formadora e entidade acolhedora - existem diferenças de infraestrutura, de propósitos didáticos, de diversidades funcionais-hierárquicas e de público.

A passagem da teoria à prática é um modo de metamorfosear conteúdos disciplinares para o chão da escola. Com o estágio ocorre a inserção de um currículo (universitário) em outro currículo (escolar). A inserção se dá no cotidiano da escola: sua cultura, seu histórico, seu cotidiano.

Perez no prefácio do livro Currículos, pesquisas e produção de subjetividades (FERRAÇO, CARVALHO, 2012, p.8) anuncia: “[...] prática-teoria-prática como política curricular e de conhecimento no cotidiano da escola e na pesquisa acadêmica”.

O exercício profissional do magistério exige que o docente execute ações pertinentes à área de formação: competências específicas, habilidades operacionais e tecnológicas, que estão correlacionadas à teoria. Para que a teoria se aproxime da prática concebem-se procedimentos investigativos e propositivos vinculados por meio de pesquisa-diagnóstica e intervenção no campo social receptivo do estágio e que serão desenvolvidos pelos estudantes.

As práticas discentes servem para promover a presença do aluno no cotidiano da escola (ou entidade educadora), abrindo espaço para a convivência com a vindoura realidade profissional do licenciando. Fazê-lo sair da IES e frequentar, pesquisando, a realidade de um modelo institucional de desempenho é uma espécie de intervenção, é uma chamada a ação.

Marcos Regulatórios

De acordo com o Artigo 82 da Lei 9.394/96 e com as Resoluções CNE/CP nº01/2002 e CNE/CP nº 02/2015, o estágio curricular supervisionado, que deve ser desenvolvido a partir da segunda metade do curso, realizar-se-á em escolas de Educação Básica e, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, será avaliado conjuntamente por profissionais da instituição formadora e da escola campo de estágio.

O estágio curricular supervisionado e obrigatório constitui um momento fundamental da formação profissional que deve ser desenvolvido em ambientes autênticos de trabalho, permitindo, assim, que os conhecimentos adquiridos na universidade sejam vivenciados nos ambientes onde o professor em formação trabalhará no futuro.

Ao lado da LDB, existem os marcos regulatórios da educação superior definidos pela SESU/MEC (Resolução nº 2/2002):

O estágio deve: 1) propiciar a inserção do aluno dos cursos de licenciatura na escola, lugar primeiro de sua atuação como professor; 2) criar condições para uma inter-relação mais efetiva entre teoria e prática no processo formativo do licenciando; 3) estimular a reflexão sobre o contexto escolar, a partir de a sistematização da prática; Essas ações garantem ao aluno licenciando um espaço privilegiado de articulação entre conhecimentos teóricos e a prática no exercício da profissão.

O estágio deve ser caracterizado por uma relação de ensino e aprendizagem, mediada pela ação do professor formador, entre o aluno estagiário e um profissional reconhecido, em unidades escolares dos sistemas de ensino, visando não somente à regência em sala de aula, mas, também, à reflexão teórico-prática sobre a docência e demais aspectos integrantes do



cotidiano escolar, além do aperfeiçoamento técnico, cultural e científico do professor em formação conforme o Parecer CNE/CP n° 28/2001 enuncia:

[...] o estágio curricular supervisionado pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é, diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência. Nessa perspectiva, o estágio curricular obrigatório funciona como elo entre os componentes curriculares da formação comum (conhecimentos sobre crianças, jovens e adultos, sobre a dimensão cultural, social, ambiental, política e econômica da educação e conhecimentos pedagógicos) e os da formação específica (conhecimentos que são objeto de ensino) e garante a inserção do licenciando na realidade viva do contexto escolar.

O estágio curricular supervisionado se baseia no princípio metodológico do circuito ação/reflexão/ação no contexto escolar, possibilitando ao licenciando vivenciar a escola em toda a sua dimensão. Compreende, assim, um conjunto de atividades destinadas à atuação do futuro professor, de que faz parte a interação com a comunidade escolar, visando à compreensão da organização e do planejamento escolar e, finalmente, o planejamento, a execução e a avaliação de atividades de docência. Nessa perspectiva, o estágio se divide em três fases: a) parte teórica feita pelas disciplinas Estágio I e Estágio II; b) estágio de observação de aulas e da administração escolar; c) regência da turma por 60 minutos em uma aula sobre um tema da língua e/ou literatura italiana, sob a supervisão do docente da escola/campo de estágio.

Tendo como base as orientações da legislação vigente - LDB/1996 e Resolução CNE/CP n° 02/2015 e Resolução CNE/CES n° 01/2016. Fora as orientações de operacionalização do estágio curricular supervisionado para os cursos de licenciatura da UFES (a Resolução n° 74/2010 e a Resolução n° 75/2010 ambas do CEPE), os estágios de Letras Italiano estão organizados em duas disciplinas sob dois aspectos. O primeiro é o fato de se relacionarem na fundamentação teórica, que dá suporte à reflexão crítica e à implementação de novas atitudes na prática de ensino. Este aspecto perpassa as duas disciplinas. O outro aspecto está ligado ao modo como deve ser organizado e desenvolvido o estágio nas escolas: Estágio I, no Ensino Fundamental; e Estágio II, no Ensino Médio.

Os estágios I e II perfazem 400 (quatrocentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras-Italiano serão realizadas em instituições escolares que contemplem a educação básica, a partir da segunda metade do curso. Por isso, esta carga horária será integralizada, nos 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos do curso, nas disciplinas Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II. Cada uma dessas disciplinas terá a carga horária de 200 (duzentas) horas, funcionando “como coroamento formativo da relação teoria e prática e sob a forma de dedicação concentrada”, conforme o Parecer CNE/CP n° 28/2001.

Supervisão do Estágio

A supervisão do estágio é entendida pela ação do professor da disciplina, lotado na UFES, pela ação do professor da disciplina, lotado na escola. Notificamos, nos parágrafos acima, que devido ao número de turmas e ao quantitativo de alunos (240 vagas), a supervisão presencial simultânea em todos os polos é inviável. De outro lado, não existe o ensino do italiano na rede pública. Portanto, os campos de estágios terão que ser “construídos”. Daí a importância das negociações com as escolas dos polos ofertantes da licenciatura.

Neste tópico, não podemos redigir um texto de como serão feitos os campos de estágio, visto que a interlocução com cada dirigente escolar servirá de pilar para a edificação do estágio.

Pelo exposto, é importante relatar as funções do orientador:

- a) Ter acesso ao endereços das escolas envolvidas nos estágios ;
- b) Entrar em contato com o professor docente ;
- c) Acompanhar o planejamento das aulas e a atuação dos licenciandos ;
- d) Fazer a mediação entre o professor, o aluno e o professor docente ;



-
- e) Assistir à filmagem das aulas dos licenciandos ;
 - f) Colaborar com relatórios para o professor da disciplina de estágio ;
 - g) Avaliar os relatórios dos licenciandos.

Avaliação do Estágio

A avaliação do estágio na modalidade a distância obedecerá a severo controle com relação à frequência, à pontualidade, à postura, à produtividade, à interação.

Os instrumentos de Avaliação do INEP predizem que o estágio ultrapasse o período de observação e de regência de turma, e inclua os tópicos da “vivência da realidade escolar de forma integral, incluindo participação em conselhos de classe/reunião de professores”. Estas etapas serão feitas e constarão dos relatórios.

Na avaliação, serão consideradas todas as etapas do estágio: participação nas aulas teóricas e nos encontros presenciais, na qualidade dos relatórios enviados, no desenvolvimento do estágio, no plano de aula e na aula (regência de turma) filmada. Além disso, o aluno será avaliado por sua participação geral, considerando a pontualidade, a assiduidade, a preparação e o planejamento das atividades de regência, o domínio dos conteúdos pedagógicos e teóricos.

Os estudantes-estagiários deverão fazer a socialização dos resultados dos estágios por meio da apresentação de portfólios digitais (folders) contendo suas impressões sobre a experiência docente.

Pimenta e Lima (2010, p.245) conceituam o que é um portfólio: Consiste no registro sistemático pelos alunos de suas produções e conhecimentos e de sua análise sobre seu processo de aprendizagem, acompanhado das considerações do professor sobre as percepções dos alunos; Esse instrumento possibilita análises e reflexos de ambos.

Em suma: a avaliação didática de aproveitamento de estágios se dará pela regência de turma, que será filmada. E dos relatórios, que serão socializados por meio de portfólios digitais, que serão apresentados nos encontros presenciais nos polos.

NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 28/2001, que vigorava antes da nova resolução do MEC, os alunos de graduação devem desenvolver, ao lado das atividades curriculares em sala de aula, atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs) no total de 200 (duzentas) horas. O Parecer prevê: “produção coletiva ou individual de estudos, elaboração de pesquisas, seminários, monitorias, tutorias, eventos, publicações, etc.”.

O conceito expresso no parecer acima citado é retomado pela Resolução CNE/CP nº 02/2015 que no Artigo 12 - Núcleo III - indica que este é o núcleo de estudos integrados para enriquecimento curricular, compreendendo a participação: seminários e estudos curriculares, entre outros.

Na matriz curricular de Letras-Italiano estão previstas 200 (duzentas) horas obrigatórias para a integralização da carga horária do Curso. As AACCs recebem neste projeto o nome de Atividades Complementares e podem ser de diferentes modalidades: participação, organização e apresentação de comunicações em eventos, monitorias, estágios e cursos extracurriculares, cursos de línguas extracurriculares, atividades de extensão, mobilidade estudantil, publicações, etc.

Utilizaremos a parametrização dos cursos de Letras e a tabulação das horas será feita pelo Colegiado de Curso de Letras- Italiano EaD.

Os estudantes entregarão os certificados de nos polos. Quando a coordenadora do colegiado fizer as visitas, reservará tempo para recolhê-los e proceder à transferência da pontuação para o SIE (Sistema de Informação para o Ensino), que registra a pontuação e constará no Histórico Escolar Discente, visto que o cômputo das 200 horas é componente obrigatório para a integralização curricular.

O Curso de Licenciatura em Letras-Italiano, respeitando a Resolução CEPE/UFES nº 69/2007 usará o repertório de atividades válidas para efeito de integralização curricular, atribuindo carga horária a cada uma delas, as quais visualizamos nos quadros a seguir.

É pressuposto que os polos de encontros presenciais estimulem o desenvolvimento nos municípios (escolas, bibliotecas) de projetos educacionais que propiciem o desenvolvimento das Atividades Complementares.

A seguir a tabela de parametrização elaborada para os cursos de Letras/UFES, que adotamos para o cômputo dos discentes de Letras-Italiano na modalidade EaD;

GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO: MONITORIAS, ESTÁGIOS E CURSOS MINISTRADOS PELO ALUNO

Categorias	Atribuição	da	PROGRAD
Atividades	Atribuição	de	horária
Comprovantes	Carga horária máxima	carga	
Monitoria	Monitorias	Oficiais Remuneradas/Voluntárias	(PID e PAD)
Atribuir Certificado	40 horas por cada ano	ou 20 horas por cada ano de atividade e declaração	por cada semestre instituição
80 horas			
Estágios			extracurriculares
Estágios			extracurriculares
Atribuir Termo de compromisso	60 horas por cada ano de atividade e comprovante	e 30 horas por cada semestre da Divisão de estágio	
60 horas			
Atividade voluntária		em pesquisa, ensino e extensão	
Cursos oferecidos dentro da UFES com supervisão de professor		(Libras, contadores de histórias	etc.)



Carga horária máxima

Cursos	Cursos complementares na área entre 10 e 100 horas	extracurriculares
Atribuir 25% da carga horária de declaração do curso da	até 25 h	instituição
Certificado 50 horas		
Disciplinas	Disciplinas de, no mínimo, 60 horas	eletivas
Atribuir 60 horas por disciplina ou de, no mínimo, 60 horas		eletivas
Histórico escolar ou de, no mínimo, 60 horas		secretaria
Certificado 120 horas		
Disciplinas Laboratórios e disciplinas optativas (além dos previstos na Matriz Curricular)		
Atribuir 60 horas por disciplina de, no mínimo, 60 horas		secretaria
Histórico escolar ou de, no mínimo, 60 horas		secretaria
Certificado 120 horas		
Cursos	Cursos de línguas extracurriculares	de línguas
Atribuir 15 horas por declaração da		nível
Certificado 60 horas		instituição

GRUPO III - ATIVIDADES DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAD	Atividades	Atribuição	de	carga	horária
Comprovantes	Carga horária máxima				
Apresentação de trabalhos - Congressos e Eventos	Participação em eventos científicos locais ou regionais com apresentação de trabalho	Atribuir 30 horas por trabalho apresentado		da	instituição
Certificado 90 horas		ou de, no mínimo, 60 horas			
Participação em eventos	Participação em eventos científicos locais ou regionais sem apresentação de trabalho	Atribuir 20 horas por evento. Por palestras e conferência isoladas, atribuir 2 horas		da	instituição
Certificado 40 horas		ou de, no mínimo, 60 horas			
Apresentação de trabalhos - Congressos e Eventos	Participação em eventos científicos nacionais ou internacionais com apresentação de trabalho	Atribuir 40 horas por trabalho apresentado		da	instituição
Certificado 120 horas		ou de, no mínimo, 60 horas			
Participação em eventos	Participação em eventos científicos nacionais ou internacionais sem apresentação de trabalho	Atribuir 30 horas por evento		da	instituição
Certificado 60 horas		ou de, no mínimo, 60 horas			
Iniciação Científica	Iniciação científica (PIBIC e PIVIC)	Atribuir 60 horas por cada ano de pesquisa e 30 horas por cada seis meses;		da	instituição
Certificado 120 horas		ou de, no mínimo, 60 horas			
Publicação de trabalhos - Íntegra	Publicação de livro (acadêmico-científico) com ISBN	Atribuir 80 horas por livro publicado		da	ISBN
Cópia da ficha catalográfica com ISBN		160 horas			
Publicação de trabalhos - Íntegra	Publicação de capítulo, artigo, comunicação, tradução ou entrevista (acadêmico-científicos) com ISBN/ISSN	Atribuir 40 horas por trabalho publicado			



GRUPO V – ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Categorias	Atividades	Atribuição	da	carga	PROGRAD
	Comprovantes	Carga horária máxima	de		horária
Produção	Publicação	técnica	de	ou	artística
	Atribuir	de	livro	(literário)	com
	Cópia	da	ficha	catalográfica	com
	80horas				ISBN
Produção	Publicação avulsa de poemas, contos ou outro gênero literário em livro ou revista com	técnica		ou	artística
ISBN/ISSN	Atribuir	10	horas	por	trabalho
	Cópia da ficha catalográfica com ISBN/ISSN e da página inicial da produção				publicado
	20horas				ISBN
Produção	Produção artística: exposições, participação em peças teatrais, apresentação musical,	técnica		ou	artística
produção	audiovisual (trazendo o nome da instituição)				
	Atribuir 20 horas por atividade				
	Certificado ou declaração da instituição				
	40horas				
Outras	Participação em atividades culturais e artísticas não-curriculares (coral, cineclubes				atividades
etc.)	Atribuir	10	horas	por	atividade
	Declaração da Instituição/Organização				promotora
	20horas				

GRUPO VI – ATIVIDADES SÓCIO-POLÍTICAS E OUTRAS

Categorias	Atividades	Atribuição	da	carga	PROGRAD
	Comprovantes	Carga horária máxima	de		horária
Organização	Participação estudantil no DA ou DCE, com representação efetiva junto às instâncias				estudantil
da	UFES (Colegiado Departamento etc.)				
	Atribuir 15 h por cada período de um ano de representação efetiva				
curso)	Declaração da secretaria (do diretório, chefia de departamento ou coordenação de				
	60horas				
Outras	Participação voluntária ou remunerada em projetos e entidades sociais e educacionais				atividades
fora	da UFES				
	Atribuir 15 horas por				atividade
pela	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida				instituição
	60horas				
Outras	Instrutor em cursos fora da UFES abertos à comunidade				atividades
	Atribuir 15 horas por				atividade
	Certificado ou declaração da				instituição
	60horas				

Abaixo o modelo de ficha de recolhimento da:

FICHA PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LETRAS-ITALIANO EaD



NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

Laboratórios Didáticos Especializados

Este curso não prevê a exigência de laboratórios especiais, visto que o MOODLE é uma plataforma de ensino e com suas qualidades exponenciais se comporta como um auspicioso laboratório de experiências do ensino-aprendizagem, de metodologias avaliativas e de interatividade.

NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TCC

1-Da orientação e co-orientação do TCC:

Os TCCs serão individuais, assim como a orientação.

A orientação do TCC dar-se-á mediante a escolha do orientador pelo aluno, no ato da matrícula na disciplina. Por conta do volume de alunos, teremos de fazer um processo seletivo para professores novos ou chamar aqueles que já ofertaram disciplinas, ou ainda contratar novos tutores para que possamos abranger todos os alunos.

Ao professor/tutor orientador designado caberá a tarefa de acompanhar os alunos em todas as etapas da elaboração do trabalho, desde o projeto de pesquisa até a finalização da monografia; avaliar o desempenho do aluno ao longo da elaboração do trabalho, e avaliar a apresentação do trabalho que será feita nos polos e filmada. Ou poderá ser por webconferência para garantir a interlocução.

2- Da matrícula na disciplina TCC:

Um quadro com informações sobre professores, áreas de conhecimento e núcleos temáticos será disponibilizado ao aluno no período da matrícula na disciplina.

3- Do tema e do objeto de pesquisa do TCC:

Respeitada a ementa da disciplina, a escolha do tema e do objeto da pesquisa não precisará estar necessariamente vinculada à área em que o aluno fez seu Estágio e correspondente relatório, desde que guarde relação estreita com as áreas do Curso e com a disponibilidade de orientação, segundo o quadro de informações sobre orientadores, áreas de conhecimento e grupos temáticos.

4- Da apresentação escrita do TCC:

A apresentação escrita deverá ser feita em forma de monografia, encadernada em espiral, seguindo-se para isso as normas e orientações da ABNT constantes no Guia para Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos e Acadêmicos e Guia para Normalização de Referências (ambos disponíveis no Portal da Biblioteca Central da UFES).

5- Da avaliação do TCC:

O TCC será avaliado pelo professor orientador com nota de zero a cem, segundo, no mínimo, quatro critérios:

6.1- Competência na modalidade culta da Língua Portuguesa. Apesar de o curso ser uma licenciatura simples em italiano, por exigência do MEC a escrita e a defesa do TCC será feita na língua materna.

6.2- Pertinência, relevância e atualidade do tema;

6.3- Coerência metodológico-teórica no desenvolvimento do trabalho;

6.4- Normalização do trabalho segundo as normas da ABNT.

O professor-orientador entregará ao discente uma declaração a respeito da defesa do TCC:

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o(a) aluno(a) _____
foi aprovado(a), obtendo a média final _____ (_____)
Vitória, _____, de _____ de 20____.

Será facultado ao professor orientador ampliar e detalhar esses critérios.

Os TCCs serão da inteira responsabilidade do aluno. Ocorrendo, entretanto, a identificação de



plágio ou aquisição de trabalhos alheios, o aluno receberá nota zero e poderá ser enquadrado em crime de plágio, previsto no Artigo 184 do Código Penal Brasileiro, e de falsidade ideológica, previsto no Artigo 299 do mesmo Código. Será postada no MOODLE uma cartilha sobre o plágio: punições cabíveis.

7- Da apresentação oral filmada:

O Colegiado do Curso e os professores orientadores organizarão, ao final do 8º semestre, um Seminário de Trabalhos de Conclusão de Curso, em que os alunos formandos farão uma exposição oral dos TCCs, reunidos em mesas temáticas e assistidos pelo orientador e por outros professores convidados para a discussão dos trabalhos. O aluno terá 20 (vinte) minutos para a apresentação oral do TCC, que será filmada ou usaremos a webconferência depois avaliada pelos professores responsáveis pela disciplina. Naturalmente, devido ao montante de alunos a apresentação, nos polos, poderá ser dividida em dois dias ou mais.

Está previsto na Parametrização das Atividades Complementares (200 horas totais) que a defesa do TCC será computada como carga horária, correspondendo a 30 (trinta) horas de apresentação de trabalho em evento local. Os Seminários serão abertos ao público e espera-se, com isso, fomentar o compartilhamento das pesquisas desenvolvidas no Curso, garantindo, assim, relevância para a produção acadêmica em nível de graduação.

8- Um exemplar do TCC poderá ser requisitado pelo polo ao qual o estudante pertença, ou poderá compor o acervo da Biblioteca Central na forma impressa e/ou digital. Para que isto seja possível ao formando será pedido o aceite e a assinatura de um contrato de cessão de direitos autorais para formalizar o recolhimento do exemplar. Para tal fim elaboramos um modelo que demonstramos a seguir.

É importante recordar que o curso de Letras-Italiano EaD pertence ao quadro de ofertas do Departamentos de Línguas e Letras.

Abaixo modelo de contrato de cessão de direitos autorais sobre o TCC:

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Pelo presente instrumento, de um lado, o Departamento de Línguas e Letras, representado pela sua chefia, _____, de outro, o(a) aluno(a) _____, matrícula _____, de ora em diante designado simplesmente AUTOR, têm, entre si, como justas e contratadas, na melhor forma de direito, as seguintes cláusulas:

1ª - O AUTOR, sendo titular intelectual do texto " _____ " cede ao Departamento de Línguas e Letras o direito sobre o mesmo para edição, reprodução, impressão e publicação em língua portuguesa e sua versão em língua estrangeira.

2ª - O AUTOR tem o direito de ceder a outra entidade ou órgão de natureza similar o texto mencionado na cláusula primeira, ficando com o compromisso de mencionar o Departamento de Línguas e Letras como primeira referência de publicação.

3ª - A autorização de publicação impressa e eletrônica não tem limitação de tempo.

Vitória, ____, de _____ de 20__

assinatura do(a) aluno(a)

carimbo e assinatura da chefia do departamento

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Coordenação do Curso

Os cursos da UFES, na modalidade EaD, tem Colegiado próprio segundo o que determina os Referenciais (2007) e deve ser composto por 01 membro das seguintes categorias: coordenador geral, coordenador de tutoria, professor do departamento de maior número de oferta de disciplinas, representante dos coordenadores dos polos da UAB, representante dos tutores, representante dos alunos e representante da SEAD.

O colegiado de curso é administrado por um coordenador, que fará a administração acadêmica do curso. Esta governança terá como balizas o Manual do Coordenador, elaborado pela PROGRAD, e os pressupostos organizacionais estipulados pelo Projeto Pedagógico do Curso.

A coordenadora será membro do NDE a partir de um conjunto de regras pautadas pelos ditames deliberados pelos conselhos superiores da Universidade: CEPE e CUn, pelas normativas das graduações estipuladas pela SEAVIN (Secretaria de Avaliação Institucional), pela PROGRAD e pela SEAD.

Atribuições do Colegiado:

O Artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 01/2016 define as atribuições das IES, que respondem pela organização acadêmica, execução e gestão de seus cursos, pela definição do currículo, metodologia, elaboração do material didático, orientação acadêmica dos processos pedagógicos; avaliação de aprendizagem, formação e gestão das equipes multidisciplinares, tanto da equipe alocada no campus, quanto daquela sediada nos polos.

O coordenador será responsável pela integração entre os sistemas de gestão acadêmica e de gestão do ambiente de EAD.

É relevante informar que os discentes e docentes terão representatividade nas reuniões. A coordenadora estipulará um calendário anual determinando a periodicidade das reuniões, que, naturalmente, terão registros em atas e as demandas serão encaminhadas às instâncias deliberativas.

A coordenação será responsável pela organização de toda a estrutura necessária para viabilizar o curso, bem como pelo estabelecimento do fluxo de contatos institucionais.

O conjunto das atribuições está sob a responsabilidade de um colegiado e dos coordenadores (geral e de tutoria). O Colegiado terá, entre outras, atribuições de decidir ou orientar decisões referentes à:

- a) 2ª chamada de prova;
- b) Administração do SIE (Sistema de Informação de Ensino) para sistematizar a oferta de disciplinas e organizar a matrícula ou cancelamento de disciplinas, dentre outras atividades;
- c) Amparo legal;
- d) Aproveitamento de estudos; Fazer a chamada dos professores partícipes no curso;
- e) Colação de grau;
- f) Cômputo da Produção Acadêmica Discente; Coordenação do AVA - ambiente virtual de aprendizagem; Coordenação dos tutores;
- h) Organizar os procedimentos, junto com o SEAD e com a secretaria do curso, referentes à seleção, à matrícula e ao acompanhamento acadêmico dos alunos do curso;
- i) Presidir o colegiado do curso; Realizar reuniões periodicamente;
- j) Assumir as demais funções definidas no regulamento geral dos cursos de graduação na modalidade EaD da UFES.

Colegiado do Curso



Os cursos da UFES, na modalidade EaD, tem Colegiado próprio segundo o que determina os Referenciais (2007) e deve ser composto por 01 membro das seguintes categorias: coordenador geral, coordenador de tutoria, professor do departamento de maior número de oferta de disciplinas, representante dos coordenadores dos polos da UAB, representante dos tutores, representante dos alunos e representante da SEAD.

O colegiado de curso é administrado por um coordenador, que fará a administração acadêmica do curso. Esta governança terá como balizas o Manual do Coordenador, elaborado pela PROGRAD, e os pressupostos organizacionais estipulados pelo Projeto Pedagógico do Curso.

A coordenadora será membro do NDE a partir de um conjunto de regras pautadas pelos ditames deliberados pelos conselhos superiores da Universidade: CEPE e CUn, pelas normativas das graduações estipuladas pela SEAVIN (Secretaria de Avaliação Institucional), pela PROGRAD e pela SEAD.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em atendimento ao que estabelece a Resolução nº 01/2010-INEP, a UFES determina que cada curso constitua o seu NDE - Núcleo Docente Estruturante, que internamente é regido pela Resolução CEPE/UFES nº 06/2016 (que alterou a Resolução CEPE/UFES nº 53/2012 ao retirar do NDE a participação discente e vetar que a presidência dos núcleos seja feita pelos coordenadores de curso).

O NDE orienta a operacionalização dos projetos pedagógicos e auxilia a sua reestruturação quando necessário, segundo a Resolução CEPE/UFES nº 06/2016.

A constituição do NDE é assim definida:

Art. 4.º O NDE será constituído por, no mínimo, 5 (cinco) professores, observados os seguintes requisitos:

- I. Os Coordenadores e subcoordenadores dos cursos de graduação serão membros natos do NDE;
- II. Os demais docentes que comporão o NDE serão aqueles pertencentes ao(s) Departamento(s) que oferta(m) o maior número de disciplinas ao curso, designados em reuniões do referido Departamento;
- III. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos membros docentes do NDE deverão ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- IV. Todos os membros docentes deverão pertencer ao regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% (vinte por cento) em tempo integral.

Logo que o curso for implementado será criado o Núcleo Docente Estruturante da Licenciatura Letras - Italiano EaD será constituído em conformidade com a resolução acima citada.

Portanto, o curso estará sendo monitorado durante sua vigência por meio de Relatórios Parciais de Avaliação produzidos para CPAC do CCHN, centro ao qual o curso está vinculado, pelo NDE e encaminhados à CPA e à SEAVIN. Além de enviá-los à PROPLAN/Avaliador Institucional.

É válido informar que a avaliação no ambiente educacional compreende as dimensões institucionais interna e externa, e é um dos eixos da articulação com o Plano de Desenvolvimento e Projeto Pedagógico Institucionais.

CORPO DOCENTE

Perfil Docente

Os professores da Licenciatura Letras Italiano EaD são professores doutores (em sua maioria quase absoluta). Todos apresentam produtividade em termos de ensino (experiência docente), pesquisa, extensão e gestão. Os currículos da equipe apresentam altos índices de publicação, orientação e coordenação de projetos.

A maioria dos membros é lotada na UFES e também existirá a participação de docentes de outras IES, que aceitaram o convite de participaram da graduação.

Destacamos também a experiência e titulação do designer instrucional.

Tabela da Equipe da Licenciatura Letras Italiano EaD:

Débora	C.	de	Araújo
DTEPE/CE	Doutorado		
Vítor			Gomes
DTEPE/CE	Doutorado		
Kiusam	R.		Oliveira
DTEPE/CE	Doutorado		
Sandra	K.	da	Silva
DTEPE/CE	Doutorado		
Inês	de	O.	Ramos
DTEPE/CE	Pós-Doutorado		
Edson			Rufino
	Des. Ind./CAD		
Cláudia	Doutorado		Pedroza
	Psicologia /CCHN		
Euluze	R.	da	Jr.
DLCE/CE	Doutorado	Costa	
Sandra			Vicentin
	DCS/CCHN		
Reginaldo	Graduação		
		C.	Sobrinho
DEPS/CE	Doutorado		
Eduardo		A.	Moscon
DEPS/CE	Doutorado		
Patrícia	G.	R.	Andrade
DEPS/CE	Doutorado		
Odete			Veiga
	IFES/VITÓRIA		
Roberto	Doutorado		Perobelli
	DLL/CCHN		
Santinho	Doutorado		Souza

Formação Continuada dos Docentes

A formação continuada do professor é mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimento é o momento-chave da socialização e da configuração profissional (NOVOA, 1995).

A docência do ensino superior requer especialistas do mais alto nível nas áreas nas quais atuam nas IES. Para manter sua mestria, cada professor mantém o hábito de investigação [pesquisa, produção de artigos, etc.], que é uma ação que lhe permite ampliar continuamente as atualizações do seu campo saber. Dito de uma maneira prática: a docência não se limita à

atividade em sala de aula –presencial ou virtual, visto que ensinar implica outros contextos institucionais que influenciam na decisão de compor um plano de ensino, de como redigir um programa de disciplina, de que temática propor para uma pesquisa ou uma atividade de extensão. Ou qual assunto servir para um evento.

Escorsin e Gisi (2008) discutem o que seja formação continuada:

Pois bem, o que é então a formação continuada do docente para que as atividades de ensino e investigação aconteçam? Pimenta (2003) comenta que “os professores [...] não são considerados meros executores e cumpridores de decisões técnicas e burocráticas [...]” Por isso, precisa ser grande o investimento na sua formação inicial e no seu desenvolvimento profissional. Mas o que será isso: formação continuada? Analisando estas duas palavras, temos que formação vem do latim – formatione - e significa “ato ou efeito de formar, maneira de por que se constitui uma mentalidade, um caráter ou um conhecimento profissional” (Aurélio, 1986). Para Nóvoa (1995), “[...] a formação do professor não se constrói por acumulação (de curso, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de re(construção) permanente de uma identidade pessoal[...]”.

A necessidade de formar professores compreende o ato de refletir sobre a sua própria prática, na expectativa de que a reflexão será um instrumento de desenvolvimento do pensamento e da ação (Marcelo Garcia, 1995). Outro ponto interessante é considerar a necessidade de conceber a formação de professores como um continuum (Marcelo Garcia, 1995). Analisando a palavra continuum, ela vem do latim e significa “conjunto compacto e conexo” (Aurélio, 1986). E então, esta segunda palavra que adjetiva, ou seja, dá qualidade a formação do professor, diz que esta é uma formação “[...] que deve durar sem interrupção, de forma repetida e seguida [...]” (Aurélio, 1986).

Os gestores da UFES consideram fundamental a formação continuada de seus professores e técnicos para a manutenção da qualidade da Instituição. A Universidade gerencia planos de carreira que permitem o afastamento dos professores para frequentarem cursos lato e strictu senso, com manutenção dos proventos e sem prejuízo para a oferta dos cursos. Ou seja, aos professores é facultado o direito a empreender tempo e esforços para a formação continuada. Daí termos profissionais que ingressam na Universidade com mestrado e podem obter o título de doutorado por meio da permissão para se ausentar. O mesmo se aplica aos doutores, que podem gozar de períodos para realizarem os pós-doutorados.

Os cursos podem ser feitos na UFES ou em entidades conveniadas. Aqueles docentes que retornam à Instituição com títulos novos recebem progressão, com reflexos no salário.

Os resultados das pesquisas e/ou estágios são publicados por nossos periódicos eletrônicos ou impressos pela EDUFES. Ademais, os resultados da formação continuada são utilizados para novas linhas de pesquisa, novos projetos de extensão ou para a configuração de novos cursos (bacharelados ou licenciaturas).

Convém narrar que o presente projeto pedagógico é fruto de uma iniciativa de formação continuada [pós-doutorado em EaD].

No âmbito da EaD, os professores deste curso irão ter capacitação na novíssima versão do MOODLE. Serão atualizados, ao longo da licenciatura, sobre as inovações no campo da educação a distância: metodologia, legislação. E a cada novo desafio, devemos encetar recursos e empenho para nos mantermos atualizados.

Em termos genéricos, os docentes devem fazer atualizações quando, por exemplo, são designados para funções de gestão institucional. Um exemplo clássico se concentra no preparo para ser avaliador do INEP.

A UFES oferece duas modalidades de ensino de idiomas: Núcleo de Línguas e o Programa Idioma sem Fronteiras. Aprender um novo idioma é, naturalmente, uma forma de formação continuada.

Por fim, a formação continuada está prevista no PNE (2014/2024) na Meta 13 e elucidada na



Estratégia 13.9 “[...] promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais técnico-administrativos da educação superior.”

INFRAESTRUTURA

Instalações Gerais do Campus

CAMPUS

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) vem cumprindo sua missão de promover a educação pública, gratuita e de qualidade ao oferecer cursos no campus de Goiabeiras/Maruípe, assim como nos campi de Alegre (na região sul) e de São Mateus (região norte). São ofertados cursos de licenciaturas, tecnológicos e bacharelados; afóra os programas de pós-graduação. A Universidade desenvolve inúmeros projetos de extensão e de pesquisa. Além disso, anualmente, são concebidas diversas atividades científico-culturais para o público interno e externo por meio de eventos.

A UFES possui um hospital universitário e um hospital veterinário. No campus-sede (Goiabeiras) temos um planetário e um observatório, assim como um teatro e um cineclube. Os centros norte e sul obtiveram, nos últimos anos, expansão predial e de cursos. Nestes campi e em Goiabeiras oferecemos refeições em nossos restaurantes para a comunidade acadêmica. Os campi possuem bibliotecas centrais e bibliotecas setoriais. Cada unidade de ensino possui instalações administrativas, laboratórios de informática e edificações voltadas para as especificidades dos cursos.

Articulação da Licenciatura Letras Italiano EaD com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destacamos abaixo a Missão, os Valores e a Visão do documento diretor da Instituição para o período de 2015/2019:

1.1. Missão

Gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional.

1.2. Valores

São definidos como valores da UFES:

- Comprometimento e zelo com a Instituição;
- Defesa da Universidade gratuita como bem público;
- Busca permanente da excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão;
- Atuação calcada nos princípios da ética, da democracia e da transparência;
- Respeito à justiça, à equidade social, à liberdade de pensamento e de expressão;
- Compromisso com a coletividade, a pluralidade, a individualidade e a diversidade étnica e cultural;
- Responsabilidade social, interlocução e parceria com a sociedade;
- Preservação e valorização da vida;
- Gestão participativa.

1.3. Visão

Ser reconhecida como instituição pública de excelência nacional e internacional em ensino, pesquisa e extensão, integrada à sociedade e comprometida com a inovação e o desenvolvimento sustentável.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFES foi elaborado em observância à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, e considerando os documentos “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior”, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; “Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento”, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

O atual PDI enumera todas suas frentes de atuação: ensino, extensão, pesquisa e gestão.

Dentre suas atribuições destaca a expansão dos campi de Alegre e São Mateus, além dos progressos infra-estruturais e humanos no campus de Goiabeiras. Vejamos, por exemplo, os cursos que são operacionalizados em São Mateus:

Por meio do Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, a UFES oferta atualmente 17 cursos de graduação: Agronomia, Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Ciência da Computação, Educação do Campo (licenciatura), Enfermagem, Engenharia de Computação, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Farmácia, Física (licenciatura), Química (licenciatura), Matemática (bacharelado), Matemática (licenciatura), Matemática Industrial e Pedagogia.

Articulação da Licenciatura Letras Italiano EaD com Projeto Pedagógico Institucional (PPI):

O PPC está inserido no PDI da UFES outro documento balizador da gestão educacional. Trata-se do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, visto que cada universidade deve propor um documento que regule e supervisione os projetos pedagógicos de cada curso. Na UFES o ideário do PPI norteia a formação discente dos cursos de licenciatura, de bacharelados e tecnológicos, como se observa na citação:

A Universidade ultrapassa seus limites de ser transmissora de informações para qualificar-se, em processo de constituição e superação de si mesma, fundamentalmente com a busca da verdade e com o exercício da ética, e pela perspectiva da produção de novas formas de existência coletiva. Concordar com essa formulação de proposta acadêmica é conceber que a Universidade é uma instituição social e, portanto, insere-se num contexto pleno de sociedade múltipla e complexa, não sendo o único espaço de produção e de disseminação do conhecimento [...].

O PPI tem como base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, que têm ancoragem nos “princípios e valores humano

Instalações Gerais do Centro

Infraestrutura do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)

O CCHN ocupa vários prédios para a graduação: com salas de aula, laboratórios, gabinetes de professor, sanitários, biblioteca setorial. Na atualidade, as salas de aula têm aparelhos de ar condicionado e também projetores interativos (Datashow).

No prédio ICIII existe uma sala multimídia para aulas de língua estrangeira e um laboratório de informática.

Destacamos o Prédio Bernadette Lyra que acomoda as salas de professores do corpo docente de Letras.

Existem dois prédios para os programas de pós-graduação, dos quais constam auditório, salas de aula, dependências para secretariado. Além de salas para os núcleos de pesquisa.

Oferecemos o bacharelado em Letras Libras, em breve teremos a licenciatura, e aos poucos os prédios estão recebendo tratamento para acessibilidade do docente e dos discentes surdos.

O CCHN conta com um auditório e um anfiteatro, que são subsidiados pela equipe técnica do audiovisual, que coordena o uso de notebook e projetores.

A administração do CCHN tem sede própria para a diretoria, secretariado e equipes de apoiadores: almoxarifado, assistência predial e técnica.

Recentemente, os departamentos são secretariados por uma secretaria unificada. Assim como, os colegiados de curso. Otimizando os recursos humanos e a distribuição do espaço (salas).

Quanto à questão da acessibilidade: A arquitetura de alguns prédios (os mais antigos) do CCHN carece de rampas de acesso, elevador para cadeirantes.



A Comissão Permanente de Avaliação de Curso/CCHN está envidando esforços para alcançar a acessibilidade plena para seus usuários.
Laboratórios Didáticos Especializados.

Este curso não prevê a exigência de laboratórios especiais, visto que o MOODLE é uma plataforma de ensino e com suas qualidades exponenciais se comporta como um auspicioso laboratório de experiências do ensino-aprendizagem, de metodologias avaliativas e de interatividade.

Infraestrutura do Colegiado de Curso

A UFES por meio de seu Estatuto e Regimento internos determina que cada graduação tenha o seu colegiado próprio, que terá um coordenador como gestor acadêmico, que deverá cumprir padrões sistematizados de qualidade em relação à oferta do curso.

Em atendimento ao que exige o Instrumento de Avaliação do INEP, foi montada uma sala, no Prédio Bernadette Lyra/CCHN, para sediar o colegiado de Letras-Italiano EaD. A sala possui duas mesas de trabalho, dois computadores (com acesso à internet), uma impressora, arquivo de aço, armário de madeira, cadeiras, telefone fixo, estante.

O atendimento aos alunos, aos tutores presenciais e aos coordenadores de polo será remoto, isto é, por telefone, e-mail ou MOODLE. O contato com os tutores a distância e com a equipe docente será feita presencialmente ou por meios eletrônicos, quando necessário.

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Acessibilidade para os cursistas da Licenciatura Letras Italiano

Esta exigência do MEC será esmiuçada em um capítulo especial, visto que a acessibilidade para cursos a distância envolve a infraestrutura dos polos e os recursos do AVA. Quanto à plataforma, esta será customizada para atender os parâmetros da inclusão plena dos discentes com necessidades especiais.

É pressuposto que os alunos de Letras- Italiano EaD não tenham familiaridade com ambientes virtuais de aprendizagem. Para suprir esta necessidade será ofertado um Projeto Integrador que fará a capacitação no MOODLE, simultaneamente, à descoberta dos múltiplos recursos das TDICs e da internet.

O MOODLE é uma plataforma lúdica, amigável, intuitiva. Naturalmente, o contato diário para sua exploração e manejo dará, em breve tempo, a autonomia para manejá-la.

Apoio ao Discente

Acessibilidade e Inclusão: direitos educacionais

Este capítulo descreve as estratégias do PPC para estar em consonância com a política nacional de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência física. Assim como, descreve como o colegiado atuará para preservar a inclusão para os portadores de superdotação ou aqueles com deficiência cognitiva. Além disso, a inclusão compreende os portadores do TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Antes de descrever as estratégias, elucidaremos os itens citados a partir dos marcos legais e, ao final do capítulo, apresentaremos as proposições institucionais a respeito da presença de eventuais alunos do curso de Italiano EaD que apresentem características pertinentes aos quadros previstos pela legislação.

Os Referenciais (MEC, 2007) discorrem sobre os Projetos Pedagógicos de Cursos e de programas na modalidade a distância, no sentido de obedecer às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação, inclusive prevendo o atendimento

apropriado a estudantes com necessidades especiais.

Esse conceito tem sido preconizado pelo Governo Federal, quando tornou obrigatória – a partir do Decreto nº 5.296 do ano de 2004 – a implantação de mecanismos que proporcionem acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da Administração Pública Federal na Internet, a fim de garantir que as pessoas com necessidades físicas e visuais possam acessá-los. O Governo Federal lançou o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), sob a Portaria 03/2007, que consiste em um conjunto de recomendações direcionadas ao desenvolvimento de sítios, portais e sistemas do governo brasileiro, a fim de torná-los acessíveis às pessoas com necessidades especiais.

O Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre a educação especial e sobre o atendimento educacional especializado (Estatuto da Pessoa com Deficiência) destinados a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Dentre os tópicos da relação institucional com discentes com necessidades especiais, prevemos que: os polos deverão promover as instalações físicas para facultar o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tais como banheiro para cadeirante, rampas e corrimãos.

É pressuposto igualmente que haja condições de acesso pedagógico, atitudinal e comunicacional: aplicativos para visão reduzida, mesas e equipamentos adequados, por exemplo, para canhotos, pessoas de baixa estatura, sobrepeso e ausência de membro (inferior/superior).

Língua Brasileira de Sinais (Libras)

As escolas, as instituições de ensino superior deverão oportunizar competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação escolar, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano escolar e demais ambientes sociais. A inclusão, neste caso, ocorre por meio da LIBRAS ou do Braille, para os surdos e não videntes respectivamente. Destacamos do decreto estas premissas:

§ 3o As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado;

§ 4o A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo;

§ 5o Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

O mesmo decreto, citado acima, discorre sobre alunos com altas habilidades intelectuais (superdotação) ou aqueles que, ao contrário, apresentam déficit cognitivo.

Instalações Requeridas para o Curso

Infraestrutura dos Polos de Encontros Presenciais

A UFES oferece cursos na modalidade EaD por meio das parcerias com as prefeituras dos municípios nos quais estão sediados os polos de apoio presencial.

Segundo o Decreto nº 6.303/2007 “[...] o polo de educação a distância é a instância de apoio presencial unidade operacional para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas”. Os polos são dotados de infraestrutura física e logística de funcionamento. É o local reservado para o atendimento dos estudantes. Cada polo está sob a responsabilidade de um município e é mantido pelo gestor local que indica e remunera um coordenador de polo. Cada polo deve ter biblioteca, laboratório (quando o curso exigir), recursos tecnológicos.

Na UFES, a SEAD tem parceria com diversas prefeituras com uma infraestrutura física de comunicação que compreende correntemente uma rede de computadores de âmbito estadual, com pontos de presença em 27 polos municipais de apoio presencial do Sistema UAB, nas cidades de Nova Venécia, São Mateus, Linhares, Colatina, Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante, Vitória, Vila Velha, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição da Barra, Pinheiros, Ecoporanga, Bom Jesus do Norte, Mimoso do Sul, Itapemirim, Castelo, Vargem Alta, Iúna, Aracruz, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Baixo Guandu, Mantenópolis, Piúma, Santa Leopoldina e Montanha.

Biblioteca e Acervo Geral e Específico

Quanto à questão da Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais localizadas no campus de Goiabeiras, os gestores da SEAD estão agilizando ações para que o fluxo de empréstimo para o graduando em EaD possa ser viabilizado. Para tanto, reproduzimos uma nota explicativa emanada da Secretaria de Educação a Distância:

Motivados pelas observações da Comissão do INEP, que avaliou, in loco, as condições para fins de reconhecimento do Curso de Licenciatura em Filosofia EaD/UFES, que sugeriu à UFES a ampliação das condições de acesso dos alunos EaD às obras existentes na Biblioteca Central (BC) da UFES; os gestores da SEAD providenciaram uma Reunião com o Reitor desta IES, com a participação do Diretor da Biblioteca Central (BC) e do Secretário da Secretaria de Avaliação Institucional da (Seavin) desta Universidade.

Nessa oportunidade, após apresentação da sugestão dos avaliadores do INEP/MEC e discussão, o Reitor da UFES orientou o Diretor da Biblioteca Central para que planejasse, junto aos gestores da SEAD, meios de incluir os alunos EaD/UFES no Sistema do Fluxo de Circulação de Obras da Biblioteca Central; e das demais bibliotecas setoriais, para que os livros dessas esferas lhes fossem disponibilizados também por meio desse Sistema.

Essa orientação encontra-se em processo de execução pela SEAD e Direção da Biblioteca Central, e já foram adotadas as seguintes providências para esse fim:

- 1) Reunião presencial realizada em 22/09/2017, no Auditório do DDP/UFES, com o Diretor da BC e coordenadores de polos UAB/ES, para apresentação do Sistema de Fluxo de Obras e anunciar a inclusão nele de todos os alunos EaD ativos;
- 2) Providências da SEAD junto ao NTI e BC/UFES para cadastramento de todos os alunos EaD, ativos, no Sistema de Circulação de Obras da BC e das bibliotecas setoriais da UFES;
- 3) Cadastramento de todos os polos EaD/ES nesse Sistema;
- 4) Reunião, via Webconferência, a partir da SEAD para os polos, realizada em 24/10/2017, entre os gestores da SEAD, o Diretor da BC e os coordenadores de polos UAB/ES, para que o Diretor da BC lhes explanasse acerca das funcionalidades do Sistema de Circulação de Obras da BC/UFES;
- 5) Cadastramento preliminar de todos os coordenadores de polos EaD/ES no Sistema de Circulação de Obras das bibliotecas central e setoriais da UFES.

Posto isto, as próximas fases conclusivas do processo assim se apresentam:

- 1) Novas webconferências, a partir da SEAD, a realizarem-se entre o Diretor da BC e os coordenadores de polos UAB/ES, para capacitá-los ao uso do Sistema, por meio de atividades práticas, uma vez que já se encontram nele cadastrados;
- 2) Novas webconferências, a partir da SEAD, a realizarem-se entre o Diretor da BC e os discentes EAD/UFES, para capacitá-los para o uso do Sistema, por meio de atividades práticas, uma vez que também já se encontram nele cadastrados;



3) Finalização do processo de inclusão dos estudantes EaD da UFES no Fluxo de Circulação de Obras da BC e das bibliotecas setoriais dos múltiplos campi da UFES, a iniciar-se no semestre 2018/1.

Além disso, os professores podem retirar conteúdos do Portal EDUCAPES ou criar novos materiais didáticos destinados ao curso.

Prof. Júlio Francelino
Profa. Maria José C. Rodrigues

O curso pela sua dimensão virtual irá utilizar o material didático produzido pelos professores de conteúdo.

Está à disposição para o alunado o acervo digital das bibliotecas da Universidade.

Laboratórios de Formação Geral

Laboratórios Didáticos Especializados

Este curso não prevê a exigência de laboratórios especiais, visto que o MOODLE é uma plataforma de ensino e com suas qualidades exponenciais se comporta como um auspicioso laboratório de experiências do ensino-aprendizagem, de metodologias avaliativas e de interatividade.

Laboratórios de Formação Específica

Laboratórios Didáticos Especializados

Este curso não prevê a exigência de laboratórios especiais, visto que o MOODLE é uma plataforma de ensino e com suas qualidades exponenciais se comporta como um auspicioso laboratório de experiências do ensino-aprendizagem, de metodologias avaliativas e de interatividade.



OBSERVAÇÕES

Gostaríamos de comunicar que o preenchimento das abas que compõem este dispositivo não permitiram reproduzir o Projeto Pedagógico em sua totalidade. As Referências, por exemplo, foram diminuídas significativamente. Por isso, nos colocamos à disposição para esclarecimentos ulteriores. Além disso, a versão original e integral da proposta curricular está à disposição para consulta.

Atenciosamente,
Profa. Mariza Moraes

REFERÊNCIAS

- ABED. (Associação Brasileira de Educação a Distância) Censo EaD: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010. São Paulo: Pearson, 2012.
- ALMEIDA, F.J. Educação e informática: os computadores na escola. São Paulo: Cortez, 1988.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus, 2000.
- ALMEIDA FILHO, J.C.P. Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. O professor de língua estrangeira em formação. Campinas: Pontes, 1999.
- ALMEIDA, Geraldo Peçanha. Transposição Didática: Por Onde Começar? São Paulo: Cortez, 2007.
- ALMEIDA, M. Elisabeth. Informática e formação de professores. Vol.. 2. Série Estudos. EAD. MEC. SEED. Brasília, 2000.
- _____. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: V.29, Nº 2, p.327/340, jul./dez.,2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf.ep/v29n2/a10v29n2.pdf>>. Acesso em: 14 jan.2014.
- ALVES, Lynn. NOVA, Cristiane. Educação a distância (Orgs.). Educação a Distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.
- ANDRADE, Henrique Rabelo de. A utilização de ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação em Educação Especial a Distância da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: Revista Alcance. Ed. 01/2010. Disponível em: <www.seer.unirio.br> Acesso em 24 mar. 2014.
- ARETIO, G. Educação distância (EaD): conceituação. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet.eduead.html>>. Acesso em 18 mar. 2014.
- ARARUNA, Lucimar B. Investigando ações de Educação Ambiental no currículo escolar. Dissertação de Mestrado pela UFRJ. Orientadora: Márcia Serra Ferreira, 2009.
- AUSBIL,D.P. Educazioni e processi cognitivi: guida per gli insegnanti. Milano: Franco Angeli, 1998.
- BARBOSA, Rommel M. Ambientes virtuais da aprendizagem (Org.). Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias educacionais e educação a distância. Rio de Janeiro: Quartet 2001.
- BELLONI, M.L. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BERALDO, R. La web 2.0. Torino: UTET Libreria, 2007.
- BONAIUTI G. E-learning 2.0. Il futuro nell'apprendimento in rete tra formale e informale. Erickson: Trento, 2006.
- BRAGA, R.. MONTEIRO, C. Planejamento estratégico sistêmico para as instituições de ensino. São Paulo: Hoper, 2005.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU 23.12.1996.
- _____. Lei 9.795, de 27.04.1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 28.04.1999.
- _____. Ministério do Trabalho. Lei do Estágio. Disponível em: <[www.mte.gov.br/cartilha do estágio](http://www.mte.gov.br/cartilha_do_estagio)> Acesso em 08 set. 2016.
- _____/MEC. Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais- 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____/MEC. Referenciais de Qualidade para a educação superior a distância. Brasília, 2007.
- _____/MEC/SEED Decreto 2.494. Brasília, 1998.
- _____/MEC/SEED. Portaria 2.253. Brasília, 2001.
- BRASIL,/ MEC. Decreto 5.622. Brasília, 2005.
- _____/MEC. Decreto 5.800, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2014.
- _____/Diário Oficial do Brasil. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília [online], 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.dou.gov.br/materias/do1/do1legleg19980220180939_001.htm>. Acesso em: 25 ago. 2014.



- _____/ MEC. Resolução 02/2015. Brasília, 2015.
- _____/ MEC. Resolução 01/2016. Brasília, 2016.
- _____/ MEC. Resolução 04/2010. Brasília, 2014.
- _____/ MEC/FUNDEB. Resolução 26/2009. Brasília, 2009.
- _____/ MEC/CD/FUNDEB. Resolução 08/2010. Brasília, 2010.
- _____/ MEC. Decreto 5.773. Brasília, 2006.
- _____/ MEC. Parecer 184/2006. Brasília, 2006.
- _____/ MEC. Parecer 08/2007. Brasília, 2007
- _____/ MEC. Decreto 6.303/2007. Brasília, 2007.
- _____/ MEC. Decreto 6.303. Brasília, 2007.
- _____/ MEC. Portaria 4.059. Brasília, 2004.
- _____/ MEC. Decreto 6.755, Brasília, 2009.
- _____/ MEC. Resolução CNE/CP 2, Brasília, 2002.
- _____/ MEC. Resolução CNE/CP1, Brasília, 2002.
- _____/ MEC./INEP. Instrumentos de Avaliação para o Ensino Presencial e a Distância. Edição 2016.
- _____/ DEAES/INEP/MEC. LEI 10.891/2004 (SINAES), Brasília, 2004.
- _____/ MEC/UAB. Tabela de Bolsas de Estudos para EaD. Disponível em <<http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em 08 jun.2014.
- _____/ MEC/UAB. Manual de tutores para EaD. Disponível em <<http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em 08 jun.2014.
- _____/ Ministério da Educação. EDITAL Nº. 15/2010 - Processo seletivo de tutor a distância. Disponível em: <www.ifms.edu.br/.../EDITAL_15_2010_IFMS_e-TEC_TUTORES_DISTANCIA_FINAL_22.11.2010.pdf>. Acesso em: 16 jul.2014.
- _____/ CAPES. Resolução CD/FNDE 2/2009. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 06 jan. 2014.
- _____/ MEC/SECADI. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- _____/ MEC/CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- _____/ MEC. Objetos Educacionais. Disponível em: <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/repositorio2008>>. Acesso em: 08 fev. 2014.
- _____/ SOCINFO. Ministério da Ciência e Tecnologia. Programa Sociedade da Informação - SocInfo. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2010.
- _____/ Domínio Público. Disponível em: www.dp.gov.br. Acesso em: 07 ago.2014.
- _____. Portal da EaD/CAPES/UAB. Disponível em: <www.edu.capes.gov.br>. Acesso em 18 out.2016.
- _____. Lei 12.965/2014. Marco civil da internet. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 23 ago.2016.
- _____/ MEC. Portaria 183/2016. Disponível em: <www.editoralex.com.br>. Acesso em 03 jan. 2017.
- _____/ MEC. Parecer CNE/CES nº 492/2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 31 ago. 2017.
- BUSQUETS, M. D. Temas transversais em educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 2000.
- CALVANI A. e ROTTA M. Comunicazione e apprendimento in Internet. Didattica costruttivista in rete. Erickson: Trento, 1999.
- CANDAU, V. M. Informática na educação: um desafio, in Tecnologia Educacional: Vol.20, nº 98/99, jan./abr.1991, pp14-23.
- CARVALHO, Fábio C. A. de. IVANOFF, Gregório B. Tecnologias que educam. Ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASINI, M. C. ROMANELLI, S. Ensino e pesquisa em italiano nas universidades públicas brasileiras. Synergies Brésil, v. 7, 2009.
- COSTA, Z. B. O Processo de Avaliação na Disciplina Educação a Distância do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, 2013. Monografia (Graduação em Pedagogia),



Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2013.

COUTO, Z. S., OLIVEIRA, M. V. O. SANTOS, R. C. G. Construindo outra cultura de EAD: a produção de material didático instrucional para o curso de pedagogia UAB/FURG. Revista Didática Sistêmica [on line]. Volume 8. Rio Grande: FURG, julho a dezembro de 2008. Disponível em: < <http://www.seer.furg.br/redsis/article/view/1184/497>>. Acesso em: 31 maio 2014.

CUNHA, Maria Isabel. Trajetórias e lugares de Formação de Docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara/São Paulo: Junqueira e Marin Editores, Brasília, DF: CAPES: CNPq, 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global, 1994.

_____. Educação ambiental: princípios e práticas. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DOLCI R., SPINELLI B. (a cura di). Educazione linguistica e interculturale in nuovi ambienti di apprendimento (supplemento monografico della Rivista Itals anno III nr. 9). Perugia: Guerra Edizioni, 1999.

DOURADO, Luiz Fernando. Política e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 30 jan. 2014.

ESCORSIN, Ana Paula; GISI, Maria Lourdes. Formação continuada de professor universitário. Disponível em: < www.pucpr.br/educere/2008> Acesso em 15 maio 2017.

FAGUNDES, L. da C. & MAÇADA, D. L. & SATO, L. S. Aprendizagem do futuro: as inovações começaram! Brasília: Estação Palavra, 2001.

FERREIRA, A. B. de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Disponível: <<https://dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em 22 jan. 2017.

FILATRO, Andrea. Design instrucional na prática. São Paulo: Person Education do Brasil, 2009.

FRAGALE FILHO, Roberto. Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos. Rio de Janeiro: DP e A, 2003.

GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg à Internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Luiz. F. Hipertexto: no cotidiano escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

GOMEZ, Margarita Victoria. Cibercultura, formação e atuação docente em rede. Brasília: Liberlivro, 2010.

GRINSPUN, Miriam P.S.Z. (Org.). Educação tecnológica - desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2009.

GUEDES, Jane de Fontes. Produção de material didático para EaD no curso de licenciatura em matemática: o caso da UAB/IFCE, UFC, 2011. Disponível em: <www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3098/1/2010_Dis_JFGuedes.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2014.